



---

# Relatório de gestão e contas consolidado de 2018

Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL

---

## Índice

Convocatória da Assembleia Geral .....	4
<b>1. Enquadramento Económico</b> .....	<b>5</b>
1.1. A economia portuguesa .....	5
1.2. A atividade seguradora .....	6
<b>2. Factos relevantes em 2018</b> .....	<b>7</b>
2.1. Principais variáveis e indicadores de atividade consolidada .....	7
2.2. Área Comercial .....	7
2.3. Área Financeira e de Resseguro .....	7
2.4. Área Técnica .....	8
2.5. Área de Ação Cooperativa e Comunicação .....	8
2.6. Área de Sistemas de Informação .....	8
<b>3. A Atividade do Grupo em 2018</b> .....	<b>9</b>
3.1. Síntese da atividade .....	9
3.2. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto – Mutua dos Pescadores .....	9
3.3. Análise da carteira de prémios – PONTO SEGURO .....	10
3.4. Análise da Sinistralidade: Custos com sinistros de seguro direto .....	11
3.5. O Resseguro .....	13
3.6. Cobranças .....	13
3.6. Carteira de Ativos Financeiros .....	13
3.7. Capital Próprio Consolidado .....	14
3.8. Recursos Humanos .....	15
3.8.1. Formação .....	15
3.9. Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno .....	15
3.10. A Cooperativa .....	16
3.10.1. Segurança Marítima .....	16
3.10.2. Projetos .....	16
3.10.3. Parcerias, Intercooperação e Associativismo .....	17
3.10.4. Setor Cooperativo e Social .....	17
3.10.5. Acompanhamento Social .....	18
3.10.6. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários .....	18
3.10.7. Informação e Comunicação .....	18
3.10.8. Ações de Marketing e Publicidade .....	18
3.10.9. Coro Grupo Mútua .....	18
<b>4. Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização</b> .....	<b>19</b>
4.1. Política de remuneração dos Diretores de Topo e colaboradores que exerçam funções chave .....	19
4.2. Política de remuneração dos demais trabalhadores .....	20
<b>5. Outras Informações</b> .....	<b>20</b>
<b>6. Perspetivas para o triénio 2019-2021</b> .....	<b>20</b>
<b>7. Agradecimentos</b> .....	<b>21</b>
<b>Demonstração da Posição Financeira Consolidada a 31 de dezembro de 2018 e 2017</b> .....	<b>23</b>
<b>Demonstração do Rendimento Integral Consolidado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017</b> .....	<b>26</b>
<b>Demonstração das Variações no Capital Próprio Consolidado em 31 dezembro de 2018 e 2017</b> .....	<b>27</b>
<b>Demonstração de Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 dezembro de 2018 e 2017</b> .....	<b>28</b>
Notas às demonstrações financeiras consolidadas .....	29
<b>1. Introdução</b> .....	<b>29</b>
<b>2. Bases de preparação e políticas contabilísticas significativas</b> .....	<b>29</b>
2.1 Base de preparação .....	29
2.2 Base de mensuração .....	29
2.3 Moeda funcional e de apresentação .....	29
2.4 Políticas contabilísticas significativas .....	29
2.4.1 Princípios de consolidação .....	29
2.4.2 Participações financeiras em subsidiárias 30 .....	30
2.4.3 Transações em moeda estrangeira .....	30
2.4.4 Instrumentos financeiros .....	30

## Índice

2.4.5 Terrenos e edifícios de rendimento .....	35
2.4.6 Terrenos e edifícios de uso próprio .....	36
2.4.7 Outros ativos tangíveis .....	36
2.4.8 Imparidade de ativos não financeiros .....	36
2.4.9 Locações .....	37
2.4.10 Impostos sobre rendimentos .....	37
2.4.11 Provisões e passivos contingentes .....	38
2.4.12 Benefícios dos empregados .....	38
2.4.13 Instrumentos de capital .....	38
2.4.14 Caixa e equivalentes de caixa .....	39
2.4.15 Resseguro .....	39
2.4.16 Valores a receber por operações de seguro .....	39
2.4.17 Contratos de seguro .....	39
2.5 Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos .....	42
2.6 Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros .....	43
<b>3. Relato por segmentos .....</b>	<b>47</b>
<b>4. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem .....</b>	<b>49</b>
<b>5. Ativos financeiros disponíveis para a venda .....</b>	<b>49</b>
<b>6. Empréstimos e contas a receber .....</b>	<b>50</b>
<b>7. Ativos financeiros a deter até à maturidade .....</b>	<b>50</b>
<b>8. Terrenos e edifícios de uso próprio .....</b>	<b>51</b>
<b>9. Terrenos e edifícios de rendimento .....</b>	<b>52</b>
<b>10. Outros ativos tangíveis .....</b>	<b>52</b>
<b>11. Provisões técnicas de resseguro cedido .....</b>	<b>54</b>
<b>12. Ativos e passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo .....</b>	<b>55</b>
<b>13. Outros devedores por operações de seguros e outras operações .....</b>	<b>57</b>
<b>14. Ativos e passivos por impostos .....</b>	<b>58</b>
<b>15. Acréscimos e diferimentos .....</b>	<b>59</b>
<b>16. Afetação dos investimentos e outros ativos .....</b>	<b>59</b>
<b>17. Provisões técnicas .....</b>	<b>60</b>
<b>18. Outros passivos financeiros .....</b>	<b>63</b>
<b>19. Outros credores por operações de seguros e outras operações .....</b>	<b>63</b>
<b>20. Acréscimos e diferimentos .....</b>	<b>64</b>
<b>21. Capital social .....</b>	<b>64</b>
<b>22. Reservas .....</b>	<b>64</b>
<b>23. Prémios adquiridos, líquidos de resseguro .....</b>	<b>65</b>
<b>24. Custos e Gastos por Natureza .....</b>	<b>65</b>
<b>25. Comissões recebidas de contratos de seguro .....</b>	<b>66</b>
<b>26. Rédito .....</b>	<b>66</b>
<b>27. Rendimentos financeiros .....</b>	<b>67</b>
<b>28. Gastos financeiros .....</b>	<b>67</b>
<b>29. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas .....</b>	<b>68</b>
<b>30. Perdas por imparidade (líquidas de reversão) .....</b>	<b>69</b>
<b>31. Outros rendimentos/gastos .....</b>	<b>69</b>
<b>32. Instrumentos financeiros .....</b>	<b>69</b>
<b>33. Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros .....</b>	<b>70</b>
<b>34. Gestão de riscos, objetivos e políticas .....</b>	<b>72</b>
<b>35. Gestão de capital .....</b>	<b>80</b>
<b>36. Compromissos e contingências .....</b>	<b>80</b>
<b>37. Partes relacionadas .....</b>	<b>81</b>
<b>38. Acontecimentos após a data de balanço .....</b>	<b>81</b>
<b>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal - Contas Consolidadas .....</b>	<b>82</b>
<b>Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas .....</b>	<b>83</b>

## Convocatória da Assembleia Geral

Nos termos legais e estatutários, é convocada a **Assembleia Geral da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.**, com o capital social variável mínimo de 6.000.000 de Euros, com sede em Lisboa, na Avenida Santos Dumont, n.º 57 - 6º, 7º e 8º registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 16.616, para se reunir no dia **31 de Maio de 2019, pelas 10:30 horas**, na sua Sede social, na morada acima indicada, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos:

**1º** - Apreciação geral, discussão e votação do Relatório de Gestão consolidado e Documentos de Prestação de Contas consolidadas, referentes ao exercício de 2018, bem como do Relatório do Revisor Oficial de Contas e Parecer do Conselho Fiscal.

**2º** - Outros assuntos.

Nos termos do n.º 2 do artigo 35.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos cooperadores com direito a voto, a **assembleia reunirá validamente meia hora depois com qualquer número de participantes.**

Lisboa, 14 de maio de 2019

**O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
Frederico Fernandes Pereira**

## RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADO DE 2018

### 1. Enquadramento Económico

#### 1.1. A economia portuguesa

As projeções para a economia portuguesa, publicadas pelo Banco de Portugal (BdP) no Boletim Económico de dezembro, sugerem a manutenção de uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração no período 2018-2021.

Os dados do BdP indicam que as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em Portugal se encontram globalmente alinhadas com o conjunto da área do euro.

**QUADRO 1 - PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL 2018-2021**  
Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2017	BE dezembro 2018					BE outubro 2018		BE junho 2018	
		2017	2018(p)	2019(p)	2020(p)	2021(p)	2018(p)	2018(p)	2018(p)	2019(p)
Produto Interno Bruto	100	2,8	2,1	1,8	1,7	1,6	2,3	2,3	1,9	1,7
Consumo Privado	65	2,3	2,3	2,0	1,8	1,6	2,4	2,2	1,9	1,7
Consumo Público	18	0,2	0,7	0,1	0,0	0,2	0,7	0,8	0,1	0,2
Formação Bruta de Capital Fixo	17	9,2	3,9	6,6	5,9	4,9	3,9	5,8	5,5	5,4
Procura Interna	99	3,0	2,4	2,4	2,2	2,0	2,4	2,5	2,2	2,1
Exportações	43	7,8	3,6	3,7	4,0	3,6	5,0	5,5	4,6	4,3
Importações	42	8,1	4,1	4,7	4,9	4,2	5,1	5,7	5,0	5,0
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em pp.) (a)										
Procura interna		1,3	1,2	1,2	1,0	1,0	1,2	1,1	1,0	0,9
Exportações		1,5	0,9	0,7	0,7	0,6	1,1	1,2	0,9	0,8
Emprego (b)		3,3	2,2	1,2	0,9	0,4	2,3	2,6	1,2	0,9
Taxa de desemprego (em % da População Ativa)		8,9	7,0	6,2	5,5	5,3	7,0	7,2	6,2	5,6
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1,4	1,3	1,3	1,3	1,6	1,4	1,8	1,8	1,8
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1,8	1,5	1,1	0,9	0,7	1,3	0,9	1,0	0,9
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		1,6	1,4	1,4	1,5	1,6	1,4	1,4	1,5	1,4

Fontes: Banco de Portugal e INE.

Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2013. Para mais informações, ver a Caixa “O conteúdo importado da procura global em Portugal”, Boletim Económico de dezembro 2017. (b) Emprego total em número de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais.

As projeções do Banco de Portugal, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional são unânimes em indicar a continuação de uma trajetória de crescimento económico real, mas com uma desaceleração do ritmo de variação. De acordo com os dados disponíveis, prevê-se que a taxa de crescimento real do PIB diminua atingindo 1,9% em 2019. Esta tendência acompanha de perto a evolução esperada da economia europeia, sugerindo a dependência da economia portuguesa relativamente à conjuntura económica internacional e a dificuldade de convergência com o PIB per capita médio europeu.

O período de recuperação que se seguiu a 2013 caracterizou-se pela continuação do aumento do peso das exportações no PIB, uma tendência extensível a todas as componentes, com destaque para o turismo, que apresentou o maior crescimento acumulado. O investimento público e o investimento em habitação permanecem abaixo da média observada antes da crise financeira internacional. O peso do consumo privado no PIB manteve-se relativamente inalterado neste período.

O BdP prevê a redução da taxa de desemprego, mas a um ritmo mais moderado do que o observado nos últimos 3 anos, devendo atingir 5,3% em 2021.

A inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverá manter-se em níveis relativamente contidos e inferiores aos projetados para a área do euro, situando-se em média em cerca de 1,5% ao longo do período 2018-2020.

O Conselho Económico e Social (CES), no parecer sobre as Grandes Opções do Plano para 2019, nota que “apesar do crescimento do PIB per capita real nos últimos anos, não se observa, contudo, convergência para os níveis médios europeus.”

Dados do Eurostat revelam que o índice do PIB per capita em PPS (Purchasing Power Standard) para Portugal se mantém num valor constante de 77 desde 2013, face ao valor base 100 da União Europeia com 28 países.

Segundo o CES, “esta falta de convergência com a média europeia, num período de forte decréscimo do desemprego, releva mais uma vez o problema da produtividade, essencial para que o crescimento do emprego possa alavancar o crescimento económico no médio prazo. A baixa produtividade não pode ser também desligada da necessária alteração do perfil produtivo nacional”, com um setor produtivo, que considera demasiado assente em produções de baixo valor acrescentado e mão-de-obra barata.

Paralelamente, conclui ser necessário desenvolver medidas no âmbito do acesso à educação e formação profissional e sua articulação com o setor produtivo.

A qualificação e formação profissional são particularmente necessárias no setor da pesca profissional, tendo em consideração as condições atuais da profissão, a elevada faixa etária dos pescadores, a reduzida oferta de formação profissional e a fraca atratividade do setor para os jovens.

A oferta pública de formação profissional para pescadores, desenvolvida pelo FOR-MAR, diminuiu em 2017, fruto das cativações ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado, realizando-se 267 ações de formação (menos 98 ações que em 2016), que envolveram 3 995 formandos, ou seja, menos 33% relativamente a 2016. Mostra-se cada vez mais necessário reforçar significativamente a formação profissional dos pescadores e o apoio público a iniciativas de divulgação do setor junto da população mais jovem.

Ao nível da população e condições sociais, o Boletim Mensal de Estatística, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em dezembro de 2018, aponta para uma variação ligeiramente positiva da população ativa (0,2%), entre o primeiro trimestre de 2017 e o terceiro trimestre de 2018. Verificando-se também uma variação positiva da população empregada (2,1%), em igual período.

Dentro da população empregada no terceiro trimestre de 2018, 83,45% eram trabalhadores por conta de outrem. O setor dos serviços é o que absorve a maior massa populacional, seguido da indústria, construção, energia e água e, por fim, da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.

## **1.2. A atividade seguradora**

No ano de 2018, o volume da produção de seguro direto em Portugal foi superior a 12,9 mil milhões de euros, refletindo um acréscimo de 11,7% face ao valor verificado em 2017.

Verifica-se, numa análise por ramos, que o ramo Vida, tal como em 2017, registou um crescimento de 14,5%. Os ramos Não Vida, na tendência dos últimos anos, também apresentaram um aumento da produção na ordem dos 7,4%.

No que respeita à estrutura do mercado das empresas de seguros, registou-se a diminuição de duas empresas de seguros, uma por fusão e outra por transformação em sucursal de uma empresa de seguros com sede na União Europeia. No âmbito das sucursais de empresas de seguros da União Europeia verificou-se a saída de duas sucursais e a entrada de sete (das quais cinco relacionadas com o Brexit).

## 2. Factos relevantes em 2018

### 2.1. Principais variáveis da Atividade Consolidada

(valores em euros)

PRINCIPAIS VARIÁVEIS DA ATIVIDADE CONSOLIDADA		
Balanço	2018	2017
Investimentos	32 009 030	30 525 232
Activo Líquido	40 405 332	38 356 288
Capital Próprio	11 670 095	10 731 420
Provisão para prémios n/ Adquiridos	1 055 527	924 719
Provisão Matemática	11 290 003	11 143 967
Provisão para Sinistros	17 124 513	16 724 081
Provisão para sinistros Líquida de Resseguro	15 059 980	14 633 228
Provisões Técnicas	18 695 361	17 989 775
Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro	16 009 112	15 316 722
Ganhos e Perdas	2018	2017
Prémios Brutos Emitidos	9 104 980	8 513 705
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	5 854 343	5 403 384
Custos com sinistros de seguro directo	6 407 935	6 217 515
Custos com sinistros Líquidos de Resseguro	4 791 519	4 804 849
Custos Operacionais	1 104 691	934 191
Rendimentos Financeiros	798 955	808 761
Out. Rendimentos/gastos não técnicos	-1 164 903	-581 474
Resultado Líquido	1 055 228	1 293 962

### 2.2. Área Comercial

De acordo com a estratégia definida, o setor do mar e a atividade da pesca, em particular, continuaram a ser o foco central da atividade comercial da Mútua dos Pescadores.

Efetuaram-se diversos novos contratos ao longo do ano, com especial incidência no último trimestre, cujos impactos em termos de prémios se farão sentir de forma mais relevante em 2019, o que demonstra capacidade de captação e de resposta às necessidades do mercado e dos novos clientes.

Na Ponto Seguro, os ramos Não Vida representam 98% da Produção. Automóvel e Acidentes de Trabalho garantem 71% da carteira dos produtos distribuídos pela mediadora.

Destacamos o crescimento de 88% do ramo Vida, que passou a ter um peso de 2%, na carteira global da mediadora, face aos 1,2% que tinha em 2017, o que revela a aposta efetuada neste importante ramo.

### 2.3. Área Financeira e de Resseguro

Destaca-se, no âmbito dos objetivos incorporados no Plano de Atividades para 2018, o desenvolvimento de informação de gestão a nível técnico, para maior conhecimento e controlo dos riscos e ainda ao nível das Despesas gerais vs. Orçamento.

Foram monitorizados o conjunto de indicadores de performance (KPI) e de indicadores de risco (KRI) definidos e introduzido um novo indicador de risco, com métrica de rentabilidade económica e baseado no risco, ligado ao risco de mercado.

Na Ponto Seguro, a manutenção do crescimento da carteira e do comissionamento, continua a ser o objetivo principal, donde destacamos a defesa e melhoramento dos níveis de comissionamento base, dos acordos de incentivos e a diversificação dos produtos comercializados.

## **2.4 Área Técnica**

Os serviços centrais e toda a rede de balcões iniciaram o alinhamento de práticas e funções adaptadas à entrada em vigor do mecanismo da participação eletrónica de Acidentes de Trabalho.

Procedeu-se à atualização da modalidade de cobertura somente de Perda Total e Responsabilidade Civil, no segmento de marítimo-cascos de embarcações de pesca.

Iniciou-se o desenho de novas modalidades de cobertura no produto Multirriscos habitação.

Deu-se início ao cumprimento de novos requisitos legais, nomeadamente, ao processo de implementação do Regime Geral de Proteção de Dados e da nova Diretiva de Distribuição de Seguros.

Na Ponto Seguro destacamos a contínua melhoria da capacidade de resposta do Departamento Técnico, redefinindo as suas competências e alargando a sua composição ainda que ocasionalmente, com a participação de outros quadros, partilhando informação e conhecimento.

## **2.5. Área de Ação Cooperativa e Comunicação**

### **PÉS NO TERRENO**

O projecto Pés no Terreno tem como um dos principais objetivos neste triénio, até ao final do mandato (2020), fortalecer a cooperativa, sensibilizando também para a necessidade de tornar cada cliente num cooperador, incentivando a cultura de segurança individual e coletiva, e a valorização das culturas locais. Em 2018, promoveram-se encontros e reuniões com diversas estruturas locais nos Açores (Terceira, São Miguel, Faial, Pico e Flores) e no Continente, no Portinho de Angeiras, acompanhando o lançar das primeiras pedras do novo porto de pesca, e em Vila Chã, onde a Mútua reuniu com a Junta de Freguesia, Associação de Pescadores e o mestre Benjamim Moreira, com vista à preservação do seu Museu, dedicado à cultura local. A presença em várias iniciativas locais das comunidades piscatórias como a Festa dos Bacalhoeiros em Ílhavo, ou as festas comemorativas do dia do Pescador, continuam a mobilizar a Administração da Mútua e a marcar a diferença desta cooperativa de utentes de seguros que trabalha em prol das comunidades.

### **JORNADAS DO GRUPO MÚTUA**

O encontro anual do Grupo Mútua, que juntou trabalhadores e dirigentes, para o habitual balanço do trabalho realizado e o alinhamento de todos com as atividades a desenvolver em 2019, decorreu em Peniche sob o mote «Juntos fazemos mais e com a participação de todos fazemos melhor!»

Nesta iniciativa concluiu-se sobre os desafios e as exigências com que a Mútua se depara e sublinhou-se a importância da Formação como marca da cultura cooperativa, que consolida os princípios, valores e práticas pelos quais a cooperativa é reconhecida.

## **2.6. Área de Sistemas de Informação**

Procedeu-se ao reforço organizacional do departamento, através da autonomização do Suporte Helpdesk.

Iniciou-se a implementação do Office 365, que inclui solução integrada e profissional de serviço E-mail e armazenamento na nuvem (Onedrive).

Na rede de dados nos balcões, procedeu-se à utilização de tecnologia mais recente em termos de comunicações de dados, que consistiu no abandono da tecnologia ADSL e na implementação de redundância de linhas.

Procedeu-se à atualização da plataforma de gestão clínica (Claims Manager) no tratamento dos sinistros de Acidentes de Trabalho.

### 3. A Atividade do Grupo em 2018

#### 3.1. Síntese da atividade

O resultado líquido apurado nas contas consolidadas de 2018 foi positivo em 1 055 229€ após impostos e dos interesses minoritários.

Na Mútua destaca-se, na sua atividade corrente, o crescimento no valor dos prémios, em todos os ramos, com exceção de Multiriscos.

Em termos de Custos com Sinistros registou-se um desagravamento (-0,28%) após Resseguro. No Direto verifica-se um agravamento de 3,06% que advém dos ramos de Acidentes Pessoais, Marítimo e Multiriscos, estes últimos fortemente influenciados pela tempestade "Leslie".

Destaca-se o decréscimo da sinistralidade em Acidentes de Trabalho que conduziu a uma redução global da taxa de sinistralidade de 73% para 70,4%.

Nas Despesas Gerais verifica-se um decréscimo (cerca de -0,5%) em relação a 2017.

Na área não Técnica, o Ajustamento dos Recibos por Cobrar, de 116.276€, traduz uma alteração ao método de cálculo utilizado, reforçando as nossas provisões, e não um mau desempenho de cobranças.

Na Ponto Seguro destaca-se o forte crescimento em termos de prémios (+13,6%) e de comissões (+13%) em relação ao ano anterior.

#### 3.2. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto - Mútua dos Pescadores

(valores em euros)

Ramos	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS		
	2018	2017	Total
Acidentes de Trabalho	4 909 871	4 428 325	10,87%
Acidentes Pessoais	1 110 000	1 040 523	6,68%
Incêndio e Elementos da Natureza	954	922	3,39%
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos	264 763	269 307	-1,69%
Marítimo	2 819 392	2 774 628	1,61%
<b>TOTAL</b>	<b>9 104 980</b>	<b>8 513 705</b>	<b>6,94%</b>

O valor de Produção de Seguro Direto foi de 9.104.980€, o que representou um crescimento de 6,94% em relação a 2017.

Este acréscimo de prémios manifestou-se em todos os ramos, com exceção de Multiriscos, destacando-se os Acidentes de Trabalho com um crescimento de 10,87% seguido de Acidentes Pessoais com um acréscimo de 6,68%.

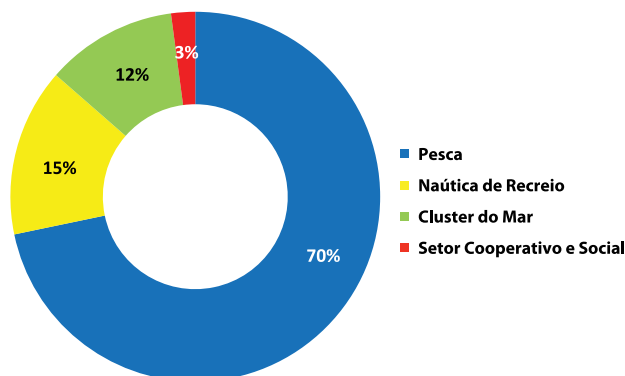
Em Acidentes de Trabalho o acréscimo foi sentido na Atividade da Pesca em 7,8% e nas Outras Atividades onde se registou o acréscimo mais significativo de 30% resultante da captação de novo negócio.

Nos Acidentes Pessoais o acréscimo adveio da Náutica de Recreio com 9,5% e das Outras Atividades com 24,2%. A Pesca registou um decréscimo (-3,7%).

No Ramo Marítimo o acréscimo derivou da Náutica de Recreio/ Marítimo Turística em 5,4%. Na Pesca registou-se um ligeiro decréscimo (-0,6%).

## Estrutura da Carteira de Prémios

**Gráfico 1 – Produção de 2018 por Vetor Estratégico**

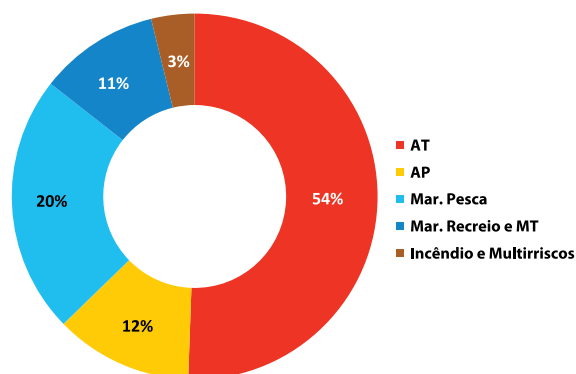


Verificou-se estabilidade na Pesca, continuando a ser a área de especialização da Mútua, e um muito ligeiro reforço na Náutica de Recreio, Cluster do Mar e Setor Cooperativo e Social.

## Estrutura da Carteira de Prémios por Ramo

A carteira em 31 de dezembro de 2018 distribuía-se de acordo com o gráfico 2:

**Gráfico 2 – Estrutura da Carteira de Prémios - 2018**



O crescimento dos prémios verificou-se acima do orçamentado.

A recomposição da carteira de prémios não foi alcançada, existindo mesmo um acréscimo do peso dos AT na carteira global da Mútua.

### 3.3. Análise da carteira de prémios – Ponto Seguro

#### Por Linha de Negócio

É evidente a importância que a Ponto Seguro possui na gestão das carteiras de seguros das autarquias, já que este sector representa cerca de 44% da carteira da mediadora, tendo crescido consideravelmente face ao ano anterior em que o seu peso se situava nos 40%.



### Por Produtos

A composição da carteira da Ponto Seguro, com exceção do aumento do peso de Acidentes de Trabalho que passou 28% para 32% e do Automóvel que reduziu de 41% para 39%, não sofreu alterações significativas em relação ao exercício de 2017.



### 3.4. Análise da Sinistralidade: Custos com sinistros de seguro direto

Em 2018 registou-se um decréscimo na taxa de sinistralidade relativamente a 2017, de 73% para 70,4%.

Esse decréscimo verificou-se apenas em Acidentes de Trabalho, mas de forma significativa, o que conduziu à redução da sinistralidade global.

Registaram-se três acidentes mortais que atingiram os ramos de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais, todos na atividade da Pesca.

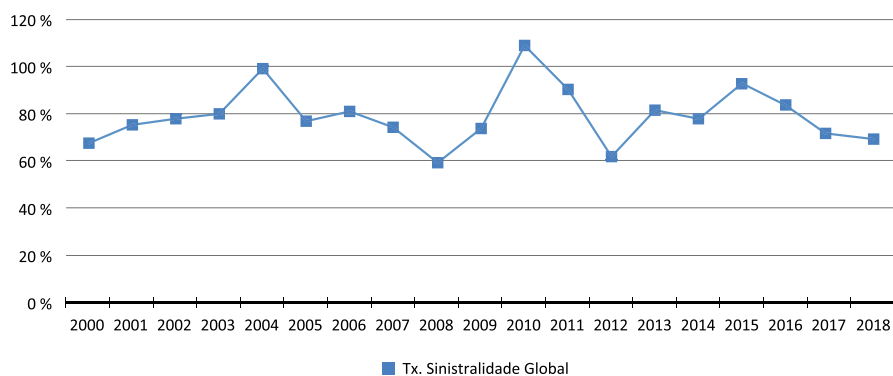
Em Marítimo destacam-se dois importantes sinistros, um com uma embarcação de pesca e outro com uma embarcação da Marítimo – Turística, que atingiram o valor global de 646.500€.

A tempestade “Leslie” causou a abertura de 24 processos de sinistro, em Multirriscos e Marítimo, com uma estimativa de custo que ascende a 141.436€.

TAXAS DE SINISTRALIDADE BRUTAS		
Ramos	2018	2017
Acidentes de Trabalho	77,9%	91,7%
Acidentes Pessoais	41,0%	29,3%
Incêndio e Elementos da Natureza	2092,1%	0,0%
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos	64,4%	14,4%
Marítimo	68,8%	65,3%
<b>TOTAL</b>	<b>70,4%</b>	<b>73,0%</b>

Taxa de Sinistralidade = Custos com Sinistros após Imputação/Prémios Brutos Emitidos.

### Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Sinistralidade Global



### Os Custos com Sinistros

O valor total dos Custos com Sinistros ascendeu, em 2018, a 4.791.519€ o que revela um decréscimo (-0,28%) em relação a 2017.

Sem a componente de Resseguro, o valor de 2018, ascenderia a 6.407.935€ o que revela um acréscimo de cerca de 3% em relação a 2017.

O aumento significativo no Incêndio e Multirriscos foi reflexo da tempestade “Leslie”.

Nos Acidentes Pessoais a variação adveio do acréscimo no valor dos sinistros em si, em 11,9%, a que se juntou o aumento verificado na Imputação de custos que reflecte um maior número de processos de sinistro pendentes no final de 2017 e processos abertos em 2018.

(valores em euros)

	CUSTOS COM SINISTROS											
	AC TRABALHO		AC PESSOAIS		INCÊNDIO		MULTIRRISCOS		MARÍTIMO		TOTAL	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
MONT. PAGOS	2 938 949	3 193 905	146 313	222 384	274	0	84 046	67 420	1 805 621	2 130 197	4 975 203	5 613 905
VAR. PROV. SIN.	307 319	225 420	84 221	-16 408	19 678	0	26 883	-79 752	-13 539	-500 104	424 562	-370 844
RESSEGURO	-121 431	-342 560	20 732	-67 630	-17 957	0	-95 541	9 078	-1 402 220	-1 011 553	-1 616 417	-1 412 666
IMR.CUSTOS	577 170	643 652	224 818	98 702	0	0	59 484	51 170	146 698	180 929	1 008 170	974 454
<b>TOTAL</b>	<b>3 702 007</b>	<b>3 720 416</b>	<b>476 084</b>	<b>237 048</b>	<b>1 995</b>	<b>0</b>	<b>74 872</b>	<b>47 916</b>	<b>536 560</b>	<b>799 469</b>	<b>4 791 519</b>	<b>4 804 849</b>

### 3.5. O Resseguro

O saldo geral relativo às Contas de Resseguro apresentou-se favorável aos resseguradores.

(valores em euros)

CONTAS DE RESSEGURO CEDIDO 2018-2017		
	2018	2017
Prémios de Resseguro Cedido	-3 149 226	-3 076 044
Var. da Prov. Prémios não Adquiridos	39 515	15 062
Comissões de Resseguro Cedido	785 020	911 885
Montantes Pagos	1 652 445	2 564 068
Var. da Provisão Sinistros	-36 028	-1 151 402
Juros s/Reservas	-3 258	-10 399
<b>Saldo</b>	<b>-711 533</b>	<b>-746 829</b>

Em 2018 não se registaram alterações na estrutura dos contratos de Resseguro.

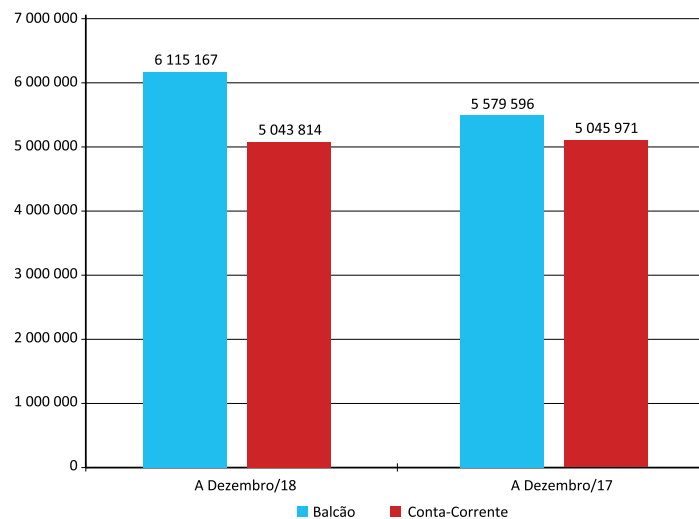
### 3.6. Cobranças

A Mútua registou um comportamento positivo nas cobranças, no seu global.

Cobram-se 9.986.443€ de Prémios Totais, líquidos de estornos e anulações, o que representou um acréscimo de 5% em relação a 2017.

Procedendo à análise por Canal de Cobrança (recibos cobrados) verifica-se um acréscimo de cobrança nos Balcões de 9,6% e no canal Conta Corrente um decréscimo muito ligeiro (-0,04%).

**Gráfico 4 – Cobranças por Canal**



A Ponto Seguro, em termos de prémios cobrados, registou um crescimento de 13,6% em relação ao exercício anterior.

O volume de prémios cobrados cresceu em todos os segmentos, inclusive nos particulares com cerca de 200.000€ a mais face ao ano anterior, mas o peso relativo desta linha acabou por baixar face ao crescimento mais acentuado das linhas de negócios empresas, economia social e autarquias.

### 3.7. Carteira de Ativos Financeiros

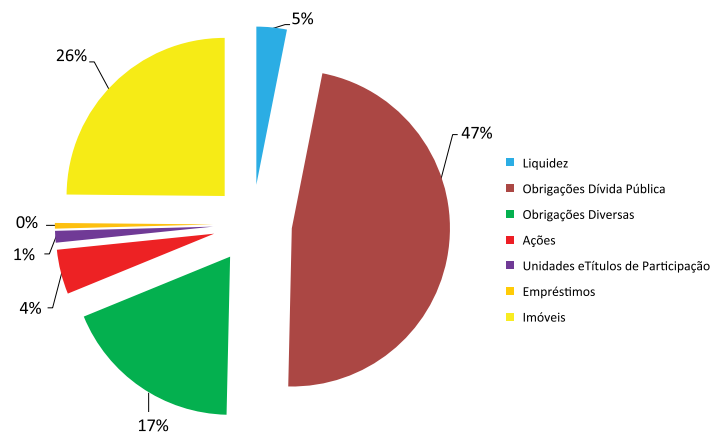
Os mercados financeiros mantiveram, em 2018, uma grande volatilidade e taxas de juros em níveis muito baixos.

A Mútua manteve a sua política de investimentos e uma estratégia de investimentos conservadora, essencialmente focada em ativos de rendimento fixo (Obrigações de Dívida Pública e Corporate).

A carteira de ativos financeiros de 32.135.118€ é essencialmente constituída por Obrigações (de Dívida Pública e Corporate), que representam cerca de 65% do valor global, e por Imóveis que significam 26%.

Mantém-se uma atenção particular à liquidez (saldos de depósitos à ordem, caixa e depósitos a prazo) que representa 5% do valor total.

**Gráfico 5 - Estrutura de Ativos Financeiros**



Na Ponto Seguro a carteira de ativos financeiros, num total de 1.477.153€ é composta por:

Caixa e depósitos a prazo 946.745€

Ativos financeiros disponíveis para venda 316.812€

Imóveis 213.597€

(valores em euros)

ATIVOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS			
	2018	2017	Varição
Terrenos e Edifícios	8 481 857	7 835 745	646 111
Ações e Outros Rend.Variável	1 101 233	1 384 227	-282 994
Obrigações e Outros Rend.Fixo	20 740 436	20 137 741	602 695
Empréstimos Hipotecários	152 686	176 421	-23 736
Depósitos a Prazo	2 446 856	1 319 375	1 127 481
Outros	0	2 500	-2 500
<b>TOTAL</b>	<b>32 923 068</b>	<b>30 856 010</b>	<b>2 067 058</b>

### 3.8 Capital Próprio Consolidado

(valores em euros)

CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	2018	2017	Var 2018/2017 (%)
Capital Social	5 096 901	5 045 058	1,0%
Reservas de Reavaliação	2 065 258	2 133 370	-3,2%
Reserva por Impostos Diferidos	-526 985	-416 277	26,6%
Outras Reservas	2 241 176	1 346 255	66,5%
Resultados Transitados	1 738 517	1 329 051	30,8%
Resultado Líquido	1 055 228	1 293 962	-18,4%
<b>TOTAL</b>	<b>11 670 095</b>	<b>10 731 419</b>	<b>8,7%</b>

A Mútua dos Pescadores monitoriza a solvência de acordo com o Regime de Solvência II em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

Nestes termos e de acordo com o estabelecido na legislação, os dados relativos à margem de solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de abril através do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR).

### **3.9 Recursos Humanos**

A 31 de dezembro de 2018 o número de trabalhadores do grupo é de 77 pessoas, incluindo os contratados a termo. O conjunto dos trabalhadores encontra-se distribuído pelo território nacional (continente e regiões autónomas), acompanhando a presença do Grupo nas diversas comunidades.

*Novo Acordo de Empresa – para a Mutua dos Pescadores e Ponto Seguro*

Foi celebrado em 2018 o primeiro “Acordo de Empresa” tanto para a Mútua como para a mediadora Ponto Seguro. Nos Boletins de Trabalho e Emprego (BTE) n.º 18 e 19, de 15 e 22 de maio de 2018, respectivamente, foram publicados os “Acordo de Empresa (AE)” celebrados entre as empresas do Grupo - Mútua dos Pescadores e Ponto Seguro, com o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA).

#### **3.9.1. Formação**

Relativamente à formação interna, a Mútua organizou três ações para os seus quadros, envolvendo 36 formandos. Uma ação de formação cooperativa – Curso de Cooperativismo e Seguros, enquadrado nas áreas formativas 347 – Enquadramento na organização/empresa e 343 – Finanças, banca e seguros, respetivamente; uma ação de formação de Acolhimento (área 347 – Enquadramento na organização/empresa); e ainda uma ação piloto em Sesimbra, de Familiarização com a atividade piscatória, com o objetivo de sensibilizar os trabalhadores para os contextos de trabalho, condições e riscos da atividade piscatória, uma ação que será alargada a outros Portos. Inseriu-se na área formativa 347 – Enquadramento na organização/empresa. Quanto à formação adquirida no exterior foram 14 os trabalhadores envolvidos que frequentaram 15 ações. Três ações na área técnica de seguros; três ações de enquadramento legal no novo Regime de Distribuição de Seguros e RGPD, duas na área da contabilidade e as restantes na área financeira e atuariado.

Na Ponto Seguro foram realizadas ações de formação, com emissão de certificado de formação profissional, abrangendo vários trabalhadores da empresa.

### **3.10. Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno**

No decurso de 2018 foram desenvolvidas diversas ações, destacando-se:

- *Elaboração do Relatório Periódico de Supervisão (RSR) de acordo com o art.º 83.º do Regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (RJASR), enviado à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) em maio de 2018 respeitante ao exercício de 2017;*
- *Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos a nível individual a que a Mútua está obrigada;*
- *Participação, junto da Associação Portuguesa de Seguradores, no âmbito das comissões técnicas, em matérias relevantes como Acidentes de Trabalho e Solvência II;*
- *Desenvolvimento de ferramenta, a nível das Tecnologias de Informação, para maior controlo do risco de sinistro em AT;*
- *Revisão e formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do plano de implementação de Solvência II, nomeadamente a actualização da Política de Autoavaliação Prospetiva do Risco e da Solvência enviada à ASF em outubro de 2018.*

- No âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), elaboração da Política de Privacidade e Protecção de Dados Pessoais;
- Reporte ORSA individual;
- Elaboração do relatório, no âmbito da gestão de riscos, sobre o branqueamento de capitais e política anti fraude;
- Avaliação dos indicadores de performance (KPI) e dos indicadores de risco (KRI) já definidos e introdução de indicador de risco com métrica de rentabilidade económica e baseado no risco, ligado ao risco de mercado.
- Participação e elaboração do orçamento plurianual (2019-2021) em que se manteve a estratégia definida pelo Conselho de Administração para o triénio 2018-2020.

### **3.11. A Cooperativa**

#### **3.11.1. Segurança Marítima**

Destaca-se em 2018 o trabalho levado a cabo pela Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens no Mar, que a Mútua integra desde a sua constituição em 2010, de levantamento exaustivo dos fatores de risco na pesca, avaliados pelos profissionais do setor de todo o país. O questionário (Autoavaliação da exposição a fatores de risco de acidente na pesca) foi respondido por 496 profissionais de 42 Portos Nacionais. O questionário respeitou uma visão alargada da Segurança, cruzando elementos de natureza humana (como a idade, cansaço/fadiga, motivação, consumo de drogas e de álcool...); com as condições em que operam os profissionais a bordo das embarcações, as condições do ambiente e do espaço, incluindo-se também um campo com várias “Medidas que podem contribuir para uma maior segurança na atividade da pesca”. A análise estatística ao questionário foi efetuada pela Direção de Análise e Gestão de Informação da Direção Geral da Autoridade Marítima (DGAM), e os resultados foram apresentados na sede da Mútua, em reunião da Comissão em junho de 2018. O questionário mereceu destaque na Revista Marés de dezembro.

Para além deste tema, a Revista Marés, um dos veículos principais de divulgação destas matérias, destacou o seguro de Marítimo-casco, principais riscos e coberturas, e a sensibilização para a utilização do AIS, equipamento de segurança fundamental, feita por um armador do Norte, associado da Mútua, o tema dos certificados médicos para os marítimos (uma colaboração da Sociedade Portuguesa de Saúde Marítima) e ainda o novo Regulamento da Náutica de Recreio, na ótica da formação para a segurança marítima. A formação para os operadores de Marítimo-Turística em preparação nos últimos meses do ano, bem como parte da formação interna organizada, visou também ir ao encontro desta prioridade.

#### **3.11.2. Projetos**

A Mútua foi convidada a integrar um projeto promovido pela Universidade Lusófona, que tinha como objetivo a valorização de diversos aspetos das culturas costeiras e outro promovido pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia dos Açores, “Ecopesca”, um projeto de sensibilização ambiental para a problemática do lixo marinho. Projetos que ainda não tiveram o desenvolvimento esperado, registando-se também como oportunidades de novas parcerias para o futuro. A possibilidade de desenvolver projetos próprios ao abrigo de programas públicos, nomeadamente no horizonte do Portugal 2020, foi prejudicada pelas incompatibilidades de orientação das várias linhas de apoio com as prioridades da Mútua, que são a formação e a segurança marítima, acrescido do facto da atividade Banca/Seguros ser excluída de muitas das linhas de apoio. Destaca-se a participação da Mútua numa palestra do curso “Património Imaterial”, a convite da Direção Regional de Cultura do Algarve, com a apresentação dos projetos culturais e de formação desenvolvidos, e as suas metodologias próprias.

### **3.11.3. Parcerias, Interação e Associativismo**

A Mútua continua a privilegiar as relações com as entidades e organizações marítimas, contribuindo para as suas iniciativas e projetos, destacando-se desde logo a parceria iniciada com o Instituto de Socorros a Náufragos para a disponibilização de seguros para o programa Cego do Maio, de voluntariado. Destaca-se ainda a colaboração com a Associação Economia Azul-Unidos pelo Mar, tendo participado no “Encontro de Mar” na Ericeira e no Alqueva; na 2.ª edição do “Mar em Português”, organizado pelo Jornal Notícias do Mar, na continuação de colaborações anteriores. Esteve presente no Seminário promovido pelo Clube de Oficiais da Marinha Mercante, “Pescas – que rumos ao futuro?” e acompanhou como tem sido tradição, as atividades do Museu Marítimo de Ílhavo. Com a Associação David Melgueiro, continua-se a divulgar e a participar nas iniciativas desenvolvidas. Mantendo-se também o apoio e a presença em diversas atividades das organizações náuticas - Dia da Marinha do Tejo e outras iniciativas desta organização; no VI Cruzeiro Religioso do Tejo, organizado pela Confraria do Tejo (de que entretanto a Mútua se tornou sócia); ou a Procissão de Nossa Senhora de Tróia. Esteve presente na Feira do Mar de Sines em espaço próprio. Apoiou o Clube Naval de Ponta Delgada e o Clube Açoreano de Pesca Desportiva no desenvolvimento das suas provas desportivas e atividades. Apoiou-se também o projeto açoriano promovido pela Direção Regional de Pescas em parceria com a Associação Setemares, de recolha de lixo marinho. Apoiou-se a edição do livro infantil de sensibilização ambiental, “Baleia graciosa”, de Sofia Quaresma, e ainda a Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia - Pontes - Alto da Guerra, que apoia os idosos daquelas freguesias do concelho de Setúbal.

A Mútua continuou a apoiar diversas comunidades piscatórias e costeiras nas suas festividades, como as do Dia do Pescador ou nas festividades de verão.

Muitas destas iniciativas são apoiadas com a oferta de seguros para essas atividades.

Referir a parceria com a produção do Programa Bombordo, da RTP2, dedicado à economia de mar e aos recursos da pesca, desde 2014; o apoio à iniciativa “Nazaré Marés de Maio”, desde 2015; ou o projeto de teatro da Galateia, desde 2016, em torno da obra de Raul Brandão, que em 2018 editou um Livro; e também a promoção do projeto “Vila Chã, um Mar de experiências”, que em 2018 produziu novo trabalho, “Profissões do Mar”, e que serviu de mote também ao concurso de desenho infantil promovido internamente, para celebrar o Dia da Criança. Também merece destaque a tradicional adesão à campanha do Pirlampo Mágico, promovida pela FENACERCI.

A Mútua mantém ativa a participação nas dez estruturas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBCs Costeiros), participando nas reuniões e colaborando nas decisões e iniciativas.

Mantém atividade constante na Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens do Mar. Importa referir que a Mútua dos Pescadores é membro do CC Sul (Conselho Consultivo para as Águas Ocidentais Austrais), participando habitualmente nos Grupos de Trabalho das Pescas Tradicionais e das Espécies Pelágicas.

É ainda filiada na Associação Portuguesa de Seguradores (APS), na Associação Europeia de Seguradoras, Mútuas e Cooperativas (AMICE), na Associação Internacional de Cooperativas e Mútuas de Seguros (ICMIF) e na Associação Europeia de Seguradoras de Pesca (EFICA), detendo atualmente a Presidência da Direção, através do Diretor Geral Adjunto.

### **3.11.4. Setor Cooperativo e Social**

Destaca-se a formação promovida pela CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa sobre o novo RGPD e a sua aplicação nas cooperativas, bem como várias iniciativas que a Mútua continua a acompanhar e divulgar pelos seus meios.

De referir que dois membros do Conselho de Administração da Mútua ocupam a Presidência da Mesa da Assembleia Geral e a Vice-presidência da Direção da CONFECOOP. Nesta condição assume-se ainda o papel de vogal no Conselho Fiscal da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e de membro suplente no Conselho Económico e Social (CES).

Um membro do Conselho de Administração da Mútua, em sua representação detém a presidência da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Desenvolvimento de Peniche (ADEPE).

### **3.11.5. Acompanhamento Social**

No âmbito de processos de sinistros graves destaca-se o acompanhamento a dois processos de acidentes de trabalho participados com vítimas mortais, ambos nos Açores e da pesca, sendo que um deles resultou de um naufrágio. Iniciou-se o acompanhamento de um sinistro muito grave na pesca, e continua-se a acompanhar um pensionista com elevada incapacidade (acidente de 2007).

### **3.11.6. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários**

Foram tratados e encerrados pelo Sistema de Audição, em 1.ª instância, seis processos de reclamação: dois apresentadas através dos canais internos do Sistema de Audição, três via Portal da ASF, um processo via Livro de Reclamações. Uma das reclamações foi também presente pelo reclamante à Provedora do Utente mas ficou tratada na 1.ª instância.

Dos seis processos, dois tiveram resposta favorável (processos de Marítimo-Recreio e Marítimo-Turística), e quatro desfavorável (dois de Acidentes de Trabalho, um de Marítimo-Recreio e outro de Marítimo-Pesca).

Na Ponto Seguro durante o ano 2018, foram recebidas 2 reclamações. Uma, relacionada com Seguro Automóvel, encontra-se já solucionada. A outra reclamação, relativa à assistência em viagem, encontra-se em fase de resolução.

### **3.11.7. Informação e Comunicação**

A Mútua produziu duas edições da Revista Marés, sendo que a última edição do ano foi um número duplo (#80, de junho, e #81/82 de dezembro). Na edição de junho o destaque foi para as Pescas, com diversos depoimentos de organizações do setor e de deputados dos Grupos Parlamentares, bem como o testemunho de um pescador de Sesimbra. A edição de dezembro deu destaque ao Seguro de Marítimo-Casco. O site e o Facebook institucionais continuaram a divulgar as iniciativas mais relevantes da Mútua e parceiros, algumas aprofundadas na "Marés", bem como temas de interesse para os setores do mar e da economia social.

Publicaram-se seis artigos em revistas e outros órgãos, ligados à atividade da Mútua: um artigo sobre Segurança para um parceiro institucional, dois artigos para uma Revista de Turismo, com enfoque para a oferta de seguros para o turismo e outras atividades náuticas; dois artigos em dois suplementos de jornais nacionais sobre a organização e atividade; e um artigo para um jornal online, com quem se colabora noutras iniciativas, que fez uma edição especial em papel comemorativa do seu 4.º aniversário.

### **3.11.8. Ações de Marketing e Publicidade**

Destaca-se a participação do Grupo, com uma forte presença comercial, nas iniciativas: Nauticampo e Encontros do Mar no Alqueva.

Produziram-se novos anúncios e publicaram-se artigos em mais nove jornais, revistas (regionais e nacionais) e órgãos de informação online. Uma destas publicações foi o Anuário do Mar, produzido pelo Ministério do Mar.

Na reta final do ano, a habitual produção e distribuição dos materiais de fim de ano ocupou parte desta atividade – conceção e produção dos calendários para 2019, e o regresso das Agendas, com uma nova imagem. Iniciou-se também a produção das tradicionais Tabelas de Marés, a ser distribuídas em 2019, alargando o âmbito para todas as Zonas Mútua.

### **3.11.9. Coro Grupo Mútua**

O Coro continuou a acompanhar o Grupo Mútua em todas as suas ações. Esteve uma vez mais na Nauticampo,

na iniciativa “Nazaré – Marés de Maio” e nas Jornadas do Grupo em Peniche. Destaca-se também a presença nas comemorações do Dia do Pescador em Sesimbra, no âmbito da exposição de pintura de Stella Maris, “Os Antigos Pescadores de Sesimbra”, que integrou as comemorações oficiais do Município.

#### **4. Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização**

A Política Interna de Remuneração, aprovada pela Comissão de Avaliação e Vencimentos, nos termos estatutários, não sofreu alterações.

A política aprovada prevê, nomeadamente:

As remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização não integram qualquer componente variável, quer relativamente aos membros do órgão de administração que exercem funções executivas, quer àqueles que não exercem funções executivas.

Não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração tem em linha de conta os conhecimentos e a experiência em gestão, seguros e setores estratégicos da atividade da Mútua dos Pescadores e as correlativas responsabilidades delas decorrentes, bem como o tempo de ocupação que tais funções exigem.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração não poderá ser superior a três vezes a remuneração média dos trabalhadores efetivos da Mútua dos Pescadores.

Os membros não executivos não auferem, em regra, qualquer remuneração fixa ou variável, apenas sendo reembolsados de despesas, de acordo com as normas internas, quando participam em reuniões ou noutros trabalhos da cooperativa.

Excecionalmente, quando as obrigações previstas com a participação em reuniões e trabalho executivo o justificarem, poderá ser deliberada a atribuição de uma remuneração mensal fixa adequada.

A execução da política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com periodicidade anual, a exercer pela função-chave de auditoria interna, em articulação com a Comissão de Avaliação e Vencimentos, conforme as recomendações contidas na Circular da ASF n.º 6/2010, de 1 de abril, sobre política de remuneração.

Nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 157/2014, de 24 de outubro, a Comissão de Avaliação e Vencimentos submete anualmente à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização.

##### **4.1. Política de remuneração dos Diretores de Topo e colaboradores que exerçam funções chave:**

As remunerações dos diretores de topo, incluindo Diretora Geral, são fixas e são definidas pelo Conselho de Administração, sob proposta da Diretora Geral, de acordo com as tabelas salariais e o Acordo de Empresa celebrado entre a Mútua dos Pescadores e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), 1.ª Série, n.º 18 de 15 de maio de 2018, também aplicáveis aos restantes trabalhadores, não estando fixada qualquer política de remuneração variável ou a atribuição de outros benefícios não aplicáveis aos restantes trabalhadores.

Na Ponto Seguro as remunerações estão de acordo com as tabelas salariais e o Acordo de Empresa celebrado entre a Ponto Seguro e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), 1.ª Série, n.º 19 de 22 de maio de 2018, aplicáveis a todos os trabalhadores da mediadora, não estando fixada qualquer política de remuneração variável ou a atribuição de outros benefícios.

As remunerações dos responsáveis por funções-chave e pessoas que exercem funções chave, são igualmente fixas e definidas pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, nos termos acima descritos.

O exercício de funções-chave em regime de subcontratação, por pessoas ou entidades externas, cumpre o exposto no artigo 78.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) e na Política Interna de Subcontratação.

As remunerações são atribuídas, considerando o nível de qualificação e experiência profissional demonstrados, a natureza das responsabilidades e funções a exercer, a natureza cooperativa da organização e a sua capacidade económica e financeira.

#### **4.2. Política de remuneração dos demais trabalhadores:**

A definição das remunerações e da política de progressão das carreiras profissionais, compete ao Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, com base nas tabelas salariais e instrumentos de regulamentação coletiva em vigor.

Anualmente realiza-se uma avaliação do desempenho de todos os trabalhadores que, não tendo um efeito direto na sua remuneração, é elemento de ponderação na progressão das carreiras profissionais e contribui para a identificação e desenvolvimento de necessidades de formação e para o alinhamento com os objetivos da cooperativa.

### **5. Outras Informações**

O Conselho de Administração reúne com periodicidade mensal, exercendo as competências que se encontram estabelecidas nos Estatutos, e acompanha a gestão corrente, delibera sobre os assuntos mais importantes, aprova e acompanha a implementação das políticas internas e define as orientações estratégicas. As reuniões ocorrem, normalmente, ao fim de semana, para facilitar a presença dos seus membros, que desenvolvem outras atividades profissionais.

O Comité de Gestão reúne pelo menos duas vezes por mês e garante a gestão corrente.

O Comité de Quadros é o órgão de acompanhamento da execução das políticas, planos de ação e objetivos a nível setorial e regional. Visa permitir a participação de todos os quadros dirigentes dos serviços, ou altamente qualificados, na definição das medidas e ações a empreender e no seu acompanhamento, tendo como objetivo facilitar o alinhamento geral necessário. Reúne trimestralmente e procede à avaliação dos resultados das medidas e ações, perspetivando o trabalho futuro.

Ao Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno compete promover e implementar as políticas internas, os procedimentos e controlos adequados à significância dos riscos, sua mitigação e controlo, ao reforço da confiança nos procedimentos operacionais da empresa, de modo a possibilitar a deteção atempada de falhas e/ou fragilidades nos processos e estruturas operativas.

O Comité Comercial é o órgão de apoio à definição de estratégias e ações comerciais a desenvolver. Reúne trimestralmente e acompanha a execução das políticas e planos de ação e objetivos ao nível comercial.

### **6. Perspetivas para o triénio 2019-2021**

Num contexto em que se prevê para a economia nacional um crescimento menos acentuado, perspetiva-se que o setor segurador reflita um ritmo de crescimento semelhante.

Os resultados positivos da Mútua dos Pescadores, no que diz respeito ao exercício de 2018, permitem olhar com confiança o futuro próximo, ainda que com uma atenção redobrada, pelo facto de parte muito significativa do seu volume de negócios incidir sobre um setor de atividade que vai apresentando indicadores de desenvolvimento de sentido contrário.

No triénio 2019-2021 a Mútua procurará alargar a especialização que possui, como seguradora do Mar, às múltiplas atividades aquáticas de turismo e lazer, apresentando também respostas específicas às necessidades de

*seguros das várias organizações da economia social, dos sindicatos, das micro, pequenas e médias empresas e das entidades públicas; o seu domínio da tecnicidade e da especialização no seguro marítimo e no ramo de acidentes de trabalho, leva a Mútua a ser mais ambiciosa e a perspetivar o crescimento em ramos e produtos que já explora, mostrando capacidade para proteger os diferentes domínios das atividades dos utentes tradicionais e dos novos públicos.*

*Um crescimento sustentável, como aquele que se tem consolidado, e ciente que o ano de 2019 e seguintes continuarão a ser particularmente exigentes no que diz respeito à adaptação da cooperativa à nova legislação nacional e europeia, que requer a adoção de novas práticas e procedimentos. São disso exemplo o Regulamento Geral de Proteção de Dados, a nova Lei de Distribuição de Seguros, ou o planeamento e preparação dos trabalhos para introdução das novas Normas de Relato Financeiro Internacional (IFRS).*

*Neste contexto, a estrutura orgânica deverá ser reapreciada tendo em conta os novos requisitos da atividade e a natural renovação geracional, garantindo a partilha de conhecimentos e a integração dos novos quadros. A formação interna e externa assume-se como condição indispensável para o reforço da qualificação técnica e de melhoria do desempenho dos quadros e, simultaneamente, de afirmação e partilha da cultura cooperativa que se pretende, cada vez mais, transversal às empresas do grupo Mútua.*

*A Mútua dos Pescadores tem como objetivo crescer enquanto cooperativa e servir melhor todos aqueles que depositam a sua confiança na seguradora do Mar.*

*A nossa participada Ponto Seguro na linha dos objectivos traçados para o triénio, apresenta como objectivos estratégicos*

- O alargamento do universo de novos clientes, beneficiando do reconhecimento e prestígio da Ponto Seguro nos mais diversos sectores (empresas, particulares, sector publico etc.);*
- Reforçar as parcerias, privilegiando os operadores que caminham connosco há mais três décadas;*
- Reforçar o trabalho de comercialização no sector das pequenas e médias empresas de serviços e indústrias;*
- Reforçar os mecanismos de controlo de execução;*
- Apostar na continuada formação profissional dos nossos trabalhadores;*
- Afirmar e reforçar a imagem da Ponto Seguro dirigindo-a aos mais variados sectores;*
- Aumentar os níveis seleção de riscos, sobretudo os mais gravosos, de forma a reduzir a sinistralidade;*
- Continuar a aprofundar a qualidade da informação de gestão, a fim de reforçar a ação comercial.*

## **7. Agradecimentos**

*O Conselho de Administração faz uma avaliação muito positiva do desempenho geral da Mútua dos Pescadores no exercício de 2018 que só foi possível pelos contributos dos mais diversos atores internos e externos a quem nos compete agradecer.*

*Ao Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), e em especial da parte do seu Presidente, Professor Doutor José Figueiredo Almaça, queremos reconhecer e agradecer a atenção com que sempre a Mútua foi tratada e a disponibilidade para participar em momentos marcantes da vida desta cooperativa de seguros.*

*À Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), como regulador do setor cooperativo, e em particular ao Presidente da Direção, Dr. Eduardo Graça, agradecemos a atenção e disponibilidade que sempre teve para com a Mútua.*

*A todas as entidades do setor público, do setor cooperativo e social, e do setor privado com quem temos relações, o nosso agradecimento pela colaboração mantida em 2018.*

*Aos Resseguradores que há muitos anos acompanham conjuntamente com a Mútua os riscos, tantas vezes especiais, que temos que proteger, oferecendo proteção a pessoas e património, cumprindo a nossa missão sem*

*hesitação e de uma forma muito profissional e simultaneamente muito humana, teremos sempre que agradecer, porque confiam na nossa ação quotidiana de subscrição e regularização de sinistros.*

*Aos nossos cooperadores, tomadores de seguros, segurados e pessoas seguras, sendo cada vez mais, agradecemos a confiança que em nós depositam e tudo faremos para que o nosso desempenho, pautado pelos princípios e valores cooperativos, continue a merecer o vosso apoio, condição necessária para o permanente reforço desta vossa cooperativa de seguros.*

*À Diretora Geral, Dra. Ana Vicente e membros do Comité de Gestão, demais dirigentes técnicos, responsáveis por funções chave, trabalhadores e colaboradores do Grupo Mútua, que no dia a dia são o rosto da Mútua e sem os quais a cooperativa não poderia cumprir a sua missão e atingir os seus objetivos, expressamos o nosso reconhecimento pelo seu trabalho, competência, empenho e dedicação.*

*Finalmente queremos registar o nosso agradecimento pela ação independente e responsável dos membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Comissão de Avaliação e Vencimentos, Conselho Nacional e Conselhos Regionais, dos Revisores Oficiais de Contas, dos Auditores Internos e da Provedora do Utente, de que naturalmente beneficia a ação deste Conselho de Administração.*

*Lisboa, 10 de Maio de 2019*

#### **O Conselho de Administração**

*Jerónimo Teixeira (Presidente)*

*João Paulo Delgado (Vice-Presidente)*

*Álvaro Bota*

*Arsénio Caetano*

*Filipe Marques*

*Jerónimo Viana*

*José Luís Cabrita*

#### **O Comité de Gestão**

*Ana Vicente – Diretora Geral*

*Joaquim Simplicio – Diretor Geral Adjunto*

*Sara Domingues – Diretora Financeira e de Resseguro*

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Valores em euros)

Demonstração da posição financeira consolidada	Notas	31-dez-18			Exercício anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações ou ajustamentos	Valor Líquido	
<b>ATIVO</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4	2 339 540	-	2 339 540	946 913
Ativos financeiros disponíveis para a venda	5	21 841 669	-	21 841 669	21 269 527
Empréstimos e contas a receber					
Outros depósitos	6	1 500 111	-	1 500 111	950 561
Empréstimos concedidos	6	152 687	-	152 687	176 421
Ativos financeiros a deter até à maturidade	7	-	-	-	254 941
Terrenos e edifícios					
Terrenos e edifícios de uso próprio	8	3 827 946	77 643	3 750 303	3 477 482
Terrenos e edifícios de rendimento	9	4 764 260	-	4 764 260	4 396 300
Outros activos tangíveis	10	1 387 136	1 207 934	179 202	145 747
Provisões técnicas de resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	11	621 715	-	621 715	582 200
Provisão para sinistros	11	2 064 533	-	2 064 533	2 090 853
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	1 230 503	-	1 230 503	1 316 009
Outros devedores por operações de seguros e outras operações					
Contas a receber por outras operações de seguro directo	13	1 749 987	1 022 260	727 727	903 815
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	24 308	-	24 308	312 834
Contas a receber por outras operações	13	761 041	17 927	743 114	1 100 044
Ativos por impostos					
Ativo por impostos correntes	14	140 842	-	140 842	117 742
Ativo por impostos diferidos	14	262 418	-	262 418	282 922
Acréscimos e diferimentos	15	62 400	-	62 400	31 977
<b>Total do ativo</b>		<b>42 731 096</b>	<b>2 325 764</b>	<b>40 405 332</b>	<b>38 356 288</b>

**O Contabilista Certificado**  
António dos Santos Monteiro  
CC nº 31942

**O Conselho de Administração**  
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.

(Valores em euros)

Demonstração da posição financeira consolidada	Notas	31-dez-2018	Exercício anterior
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas			
Provisão para prémios não adquiridos		1 055 527	924 719
Provisão para sinistros	17		
Do ramo acidentes de trabalho		13 624 011	13 364 856
De outros ramos		3 500 502	3 359 225
Provisão para desvios de sinistralidade	17	68 500	63 500
Provisão para riscos em curso	17	446 820	277 475
Outros passivos financeiros	18	2 808 956	2 801 644
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	1 220 326	1 293 938
Outros credores por operações de seguros e outras operações			
Contas a pagar por operações de seguro directo	19	3 182 141	2 738 184
Contas a pagar por operações de resseguro	19	154 627	14 187
Contas a pagar por outras operações	19	414 304	434 722
Passivos por impostos			
Passivos por impostos correntes	14	1 139 779	1 240 172
Passivos por impostos diferidos	14	677 237	650 627
Acréscimos e diferimentos	20	442 506	461 620
<b>Total do passivo</b>		<b>28 735 237</b>	<b>27 624 869</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social	21	5 096 901	5 045 058
Reservas de reavaliação			
Por ajustamento de ativos financeiros disponíveis para venda		842 577	1 289 686
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		1 222 680	843 684
Reserva por impostos diferidos	14	(526 985)	(416 277)
Outras reservas	22	2 241 176	1 346 255
Resultados transitados		1 738 517	1 329 051
Resultados do exercício		1 055 458	1 293 962
Interesses Minoritários		(230)	-
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>11 670 095</b>	<b>10 731 419</b>
<b>Total do Passivo e do Capital Próprio</b>		<b>40 405 332</b>	<b>38 356 288</b>

**O Contabilista Certificado**  
António dos Santos Monteiro  
CC nº 31942

**O Conselho de Administração**  
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

*Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.*

(Valores em euros)

Conta de ganhos e perdas consolidada	Notas	31-dez-18			Exercício anterior
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		5 854 343	-	5 854 343	5 403 384
Prémios brutos emitidos	23	9 104 980	-	9 104 980	8 513 705
Prémios de resseguro cedido	23	(3 149 226)	-	(3 149 226)	(3 076 044)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	23	(140 925)	-	(140 925)	(49 339)
"Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)"	23	39 515	-	39 515	15 062
Custos com sinistros líquidos de resseguro		4 791 519	-	4 791 519	4 804 848
Montantes pagos		4 320 853	-	4 320 853	4 046 431
Montantes brutos	24	5 973 298	-	5 973 298	6 610 499
Parte dos resseguradores	24	(1 652 445)	-	(1 652 445)	(2 564 068)
Provisão para sinistros (variação)		470 665	-	470 665	758 417
Montante bruto	17	434 638	-	434 638	(392 985)
Parte dos resseguradores	11	36 028	-	36 028	1 151 402
Outras provisões técnicas liquidas de resseguro	17	(174 345)	-	(174 345)	(210 510)
Custos de exploração líquidos de resseguro		1 104 691	-	1 104 691	934 192
Custos de aquisição	24	910 214	-	910 214	891 241
Custos de aquisição diferidos (variação)	17	(10 117)	-	(10 117)	(1 396)
Custos administrativos	24	989 613	-	989 613	956 232
Comissões e participação nos resultados de resseguro	25	(785 020)	-	(785 020)	(911 885)
Rédito	26	-	1 749 183	1 749 183	1 618 522
Rendimentos financeiros		761 663	37 293	798 955	808 761
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	27	541 182	668	541 850	572 802
Outros	27	220 481	36 625	257 105	235 959
Gastos financeiros		307 682	12 249	319 931	332 088
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	25/28	71 464	-	71 464	94 475
Outros	25/28	236 218	12 249	248 468	237 613
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		604 426	-	604 426	28 163
De ativos financeiros disponíveis	29	184 731	-	184 731	66 369
Outros	29	419 695	-	419 695	(38 206)
Perdas por imparidade (líquidas de reversão)		3 153	29 921	33 075	60 614
De ativos financeiros disponíveis	30	3 153	29 921	33 075	38 501
Outros	30	-	-	-	22 113
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		17 463	-	17 463	(27 853)
Outras provisões (variação)		-	116 276	116 276	(169 052)
Outros rendimentos/gastos	31	-	(1 164 903)	(1 164 903)	(581 474)
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>856 506</b>	<b>463 125</b>	<b>1 319 631</b>	<b>1 497 323</b>
Impostos sobre o rendimento corrente	10	69 239	117 393	186 632	209 294
Impostos sobre o rendimento diferido	10	82 295	(4 755)	77 540	(5 933)
<b>Resultado líquido do exercício após impostos e antes de interesses minoritários</b>		<b>704 972</b>	<b>350 487</b>	<b>1 055 459</b>	<b>1 293 962</b>
Interesses minoritários		-	230	230	-
<b>Resultado líquido do exercício após impostos e após interesses minoritários</b>		<b>704 972</b>	<b>350 257</b>	<b>1 055 229</b>	<b>1 293 962</b>

**O Contabilista Certificado**  
António dos Santos Monteiro  
CC nº 31942

**O Conselho de Administração**  
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.

## **DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

Demonstração do rendimento integral consolidado	31-dez-2018	Exercício anterior
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1 055 229</b>	<b>1 293 962</b>
Resultado não reconhecidos nos resultados		
Varição em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação de justo valor	(447 109)	678 634
Varição em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Variação de justo valor	378 996	55 994
Benefícios pós-emprego	(6 030)	(42 108)
Impostos	(110 708)	(230 306)
Total do rendimento integral não reconhecido	<b>(184 850)</b>	<b>462 214</b>
<b>Total do rendimento integral líquido de impostos</b>	<b>870 379</b>	<b>1 756 176</b>

**O Contabilista Certificado**

Antônio dos Santos Monteiro  
CC nº 31942

**O Conselho de Administração**

José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

*Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.*

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores em euros)

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total
<b>Balço a 01 de janeiro de 2017</b>	<b>5 011 046</b>	<b>1 398 742</b>	<b>(185 970)</b>	<b>1 718 813</b>	<b>1 272 343</b>	<b>438 084</b>	<b>9 653 058</b>		<b>- 9 653 058</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior				292 930	145 154	(438 084)			
Aumento/(redução de capital social)	34 012	-	-	-	-	-	34 012	-	34 012
Variação de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	678 634	-	-	-	-	678 634	-	678 634
Variação de justo valor de imóveis de uso próprio	-	55 994	-	-	-	-	55 994	-	55 994
Variação de reserva por impostos diferidos	-	-	(230 307)	-	-	-	(230 307)	-	(230 307)
Ajustamento em ativos financeiros	-	-	-	(665 488)	(88 446)	-	(753 934)	-	(753 934)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1 293 962	1 293 962	-	1 293 962
<b>Balço a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5 045 058</b>	<b>2 133 370</b>	<b>(416 277)</b>	<b>1 346 255</b>	<b>1 329 051</b>	<b>1 293 962</b>	<b>10 731 419</b>		<b>- 10 731 419</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior	25 094	-	-	698 458	570 410	(1 293 962)	-	-	-
Aumento/(redução de capital social)	26 749	-	-	-	-	-	26 749	-	26 749
Variação de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(447 109)	-	-	-	-	(447 109)	-	(447 109)
Variação de justo valor de imóveis de uso próprio	-	286 461	-	-	-	-	286 461	-	286 461
Variação de reserva por impostos diferidos	-	-	(110 708)	-	-	-	(110 708)	-	(110 708)
Ajustamento em ativos financeiros	-	-	-	196 463	(196 054)	-	409	-	409
Outras variações	-	92 535	-	-	35 110	-	127 645	-	127 645
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1 055 459	1 055 459	(230)	1 055 229
<b>Balço a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5 096 901</b>	<b>2 065 257</b>	<b>(526 985)</b>	<b>2 241 176</b>	<b>1 738 517</b>	<b>1 055 459</b>	<b>11 670 325</b>	<b>230</b>	<b>11 670 095</b>

**O Contabilista Certificado**  
António dos Santos Monteiro  
CC nº 31942

**O Conselho de Administração**  
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

*Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.*

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(montantes expressos em Euros)

Mapa de fluxos de caixa consolidado	31-dez-2018	Exercício anterior
<b>Fluxo de caixa das actividades operacionais</b>		
<b>Operações de seguros</b>	<b>(605 633)</b>	<b>(1 752 782)</b>
Recebimento de prémios de seguro directo	8 228 067	7 697 903
Pagamento de sinistros	(5 306 891)	(5 953 947)
Pagamento a fornecedores	(819 839)	(849 802)
Pagamentos a colaboradores	(2 706 969)	(2 646 935)
<b>Aumentos/(diminuições) nos ativos operacionais</b>	<b>3 830 684</b>	<b>2 989 406</b>
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	(296 386)	(1 353 114)
Devedores por outras operações	2 019 641	2 509 310
Outros ativos	2 107 430	1 833 211
<b>Aumentos/(diminuições) nos passivos operacionais</b>	<b>(1 249 890)</b>	<b>(1 766 803)</b>
Depósitos recebidos de resseguradores	(7 312)	(9 658)
Credores por operações de seguro direto e resseguro		
Outros passivos	(615 411)	(1 219 203)
Pagamento de impostos	(627 168)	(537 943)
<b>Investimentos financeiros</b>	<b>(450 766)</b>	<b>750 678</b>
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber	(5 131 438)	(4 652 689)
Alienções/reembolsos de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber	3 925 864	4 642 141
Recebimento de rendimentos de instrumentos financeiros	595 265	598 816
Recebimento de rendimentos de imóveis de rendimento	159 542	162 411
<b>Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais</b>	<b>1 524 395</b>	<b>220 500</b>
<b>Fluxo de caixa das actividades de investimento</b>		
Aquisição de ativos tangíveis (líquidos)	(130 912)	(80 610)
<b>Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento</b>	<b>(130 912)</b>	<b>(80 610)</b>
<b>Fluxo de caixa das actividades de financiamento</b>		
Outros	(856)	(828)
<b>Caixa líquida gerada pelas actividades de financiamento</b>	<b>(856)</b>	<b>(828)</b>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	1 392 627	139 062
Caixa e equivalentes a 1 de janeiro	946 913	807 851
<b>Caixa e equivalentes de caixa a 31 de dezembro</b>	<b>2 339 540</b>	<b>946 913</b>

**O Contabilista Certificado**  
António dos Santos Monteiro  
CC nº 31942

**O Conselho de Administração**  
José Manuel Jerónimo Teixeira (Presidente), João Paulo Quinzico Delgado (Vice-Presidente), Álvaro José Bota Guia, Arsénio Marques Caetano, Filipe Manuel Santos Dias Marques, Jerónimo Gomes Viana, José Luis Cabrita

*Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.*

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 1. Introdução

O Grupo Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L., (doravante designada por Grupo ou Mútua) é constituída pela empresa-mãe Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L. e a sua subsidiária, Ponto Seguro – Mediação de Seguros, Lda.

A Mútua dedica-se ao exercício da atividade de seguros não – vida, nos ramos: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Embarcações marítimas, lacustres e fluviais (designado por “Marítimo”), Incêndio e Outros Danos em Coisas (também designado por Multiriscos).

Por último o Grupo opera também na área da mediação de seguros.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem o resultado das suas operações para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018.

### 2. Bases de preparação e políticas contabilísticas significativas

#### 2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas, que se reportam ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador (PCES) estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), aprovado pela Norma N.º 10/2016-R, de 15 de setembro, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o artigo 3º, do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

#### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas estão elaboradas em respeito aos pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade com vista à apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira e dos resultados da empresa de seguros, e estão expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2019, e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Cooperadores em 31 de maio de 2019.

#### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação do Grupo é o Euro. Os montantes apresentados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas foram arredondados para a unidade do Euro mais próxima.

#### 2.4 Políticas contabilísticas significativas

##### 2.4.1 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados das subsidiárias no Grupo bem como a participação do Grupo nas associadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

## **2.4.2 Participações financeiras em subsidiárias**

As participações financeiras em que o Grupo detenha, direta ou indiretamente mais de metade dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas, ou detenha o poder de determinar as suas políticas operacionais e financeiras (definição de controlo adotado pelo Grupo), foram incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral. A empresa consolidada através do método de consolidação integral é a Ponto Seguro.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros em empresas subsidiárias são apresentados separadamente no balanço e demonstração dos resultados consolidados, respetivamente, na rubrica de interesses minoritários. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses minoritários são imputados aos mesmos.

Os ativos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor, na data de aquisição, o qual pode ser ajustado, tal como previsto na IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais, durante um período de 12 meses após aquela data.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos é reconhecido como goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos seja negativo, o mesmo é reconhecido como goodwill negativo, sendo reconhecido como um rendimento do exercício.

Os interesses minoritários incluem a proporção de terceiros no justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas desde a sua data de aquisição até à data da alienação.

Sempre que seja necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras consolidadas das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às utilizadas pelo Grupo. As transações, incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo, saldos, dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados durante o processo de consolidação.

## **2.4.3 Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em ganhos e perdas. Os ativos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Euros à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

## **2.4.4 Instrumentos financeiros**

### **a) Reconhecimento inicial**

#### i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

#### ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Grupo o adquiriu. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transa-

ção, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em ganhos e perdas.

### iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transação diferir do justo valor de uma transação observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Grupo reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transação e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração de ganhos e perdas. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transação e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de ganhos e perdas quando os 'inputs' se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

## **b) Classificação**

A classificação dos ativos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objetivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias aplicáveis ao Grupo.

O Grupo classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber.

### i) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um ativo financeiro disponível para venda é reconhecido diretamente no capital próprio até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido na demonstração de ganhos e perdas. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através da demonstração de ganhos e perdas.

### ii) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Ativos financeiros detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, e são deduzidos de perdas de imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva. A amortização é reconhecida em "rendimentos financeiros" na demonstração de ganhos e perdas. Se o Grupo vender ou reclassificar uma parte maior que insignificante de um investimento detido até à maturidade antes da sua maturidade (que não em circunstâncias específicas), toda a categoria é reclassificada para disponíveis para venda. Quando tais circunstâncias se verificarem, o Grupo não deverá classificar investimentos detidos até à maturidade durante os dois anos seguintes.

### iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos

em instituições de crédito e valores a receber, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

Após a mensuração inicial, os empréstimos e contas a receber são mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efetiva, deduzido de perdas por imparidade acumuladas. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva. As perdas decorrentes de imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O Grupo classifica os seus passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias: Empréstimos e contas a pagar e passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas.

#### iv) Ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas

Os ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas. Estes ativos financeiros são detidos para negociação são adquiridos com o objetivo de alienação num futuro próximo. Esta categoria também inclui os instrumentos financeiros derivados que não estejam designados como instrumentos de cobertura pela NIC 39. Derivados embutidos estão também classificados na categoria de detidos para negociação caso não estejam designados como instrumentos de cobertura.

Os ativos financeiros classificados ao justo valor por via de ganhos e perdas são registados na data de reconhecimento inicial, ao justo valor. Os ganhos e perdas de detidos para negociação são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

À data de balanço o Grupo não procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo financeiro nesta categoria.

#### v) Passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas

Os passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas. Os passivos financeiros detidos para negociação são adquiridos com o objetivo de alienação num futuro próximo. Esta categoria também inclui os instrumentos financeiros derivados que não estejam designados como instrumentos de cobertura pela NIC 39. Derivados embutidos estão também classificados na categoria de detidos para negociação caso não estejam designados como instrumentos de cobertura.

Os ganhos e perdas de detidos para negociação são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

Os passivos financeiros classificados ao justo valor por via de ganhos e perdas são registados na data de reconhecimento inicial, apenas se o critério da NIC 39 for cumprido. À data de balanço o Grupo não procedeu ao reconhecimento de qualquer passivo financeiro nesta categoria.

#### vi) Empréstimos e contas a pagar

Os passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos bem como ao longo do processo de amortização com base na taxa de juro efetiva.

O custo amortizado é calculado de acordo com o desconto ou prémio de aquisição e as comissões ou gastos que fazem parte do método de taxa de juro efetivo. O juro efetivo está incluído como um gasto financeiro na demonstração de ganhos e perdas.

### **c) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A anulação do reconhecimento dos ativos financeiros é efetuada quando expirar o direito contratual a receber fluxos de caixa e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Quando o Grupo procede à transferência dos seus direitos em receber dinheiro de um ativo, ou celebrou um acordo de cedência de crédito, avalia se e em que extensão ficou com algum risco e benefício associado à sua retenção. Quando não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo, o ativo é reconhecido na extensão em que o Grupo continue envolvido com o ativo. Neste caso, o Grupo também reconhecerá um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflita os direitos e benefícios associados à detenção do Grupo.

A anulação dos passivos financeiros é efetuada quando a obrigação sob a responsabilidade financeira deixar de existir ou um passivo financeiro for substituído, para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, sendo que, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e o reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida na demonstração de ganhos e perdas.

#### **d) Transferências entre categorias de ativos financeiros**

É permitida a reclassificação de ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas para ativos financeiros detidos até à maturidade, disponíveis para venda ou empréstimos e contas a receber, desde que obedeça às características de cada categoria, como segue: Se um ativo financeiro, à data da reclassificação apresentar características de instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou quando se verificar que algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, sendo considerado uma rara circunstância. Existe também a possibilidade de transferência entre ativos financeiros disponíveis para venda para empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade.

À data de balanço, não foram efetuadas transferências entre ativos financeiros.

#### **e) Determinação do custo amortizado**

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efetivo de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

#### **f) Determinação do justo valor de instrumentos financeiros e não financeiros**

O Grupo mensura os seus instrumentos financeiros tais como os ativos financeiros disponíveis para venda, imóveis de uso próprio e de rendimento ao justo valor.

Quando o justo valor de ativos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras consolidadas não pode ser calculado com base em cotações de mercados ativos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do método dos cash flows descontados.

O justo valor de um ativo não financeiro é determinado tendo em consideração a capacidade de um participante de mercado em gerar benefícios económicos através da utilização ou alienação de um ativo a um outro participante no mercado que utilizaria esse mesmo ativo, através do seu melhor uso.

Os dados de base a estes modelos são calculados com base na informação disponível de mercado, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca destes fatores podem afetar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas.

- Nível 1- Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado ativo para um instrumento idêntico;
- Nível 2 - Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer diretamente (ou seja, como preços), ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados como utilização de preços em mercados cotados em mercados ativos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos

idênticos ou similares em mercados considerados menos ativos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam diretamente ou indiretamente observáveis a partir de dados de mercado; e

- **Nível 3 - Técnicas de valorização utilizando inputs não observáveis no mercado.** Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados não observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para refletir as diferenças entre os instrumentos. O justo valor dos ativos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados ativos são baseados em preços de mercados cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, o Grupo determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

Os instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

### **g) Imparidade de ativos financeiros**

O Grupo avalia, a cada data de balanço se há qualquer prova objetiva de que um ativo financeiro ou uma carteira de ativos financeiros esteja em imparidade.

De acordo com a NIC 39 – Instrumentos financeiros: mensuração subsequente, os seguintes eventos são consideradas como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou emissor de dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou em dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para determinado ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor; e
- Alterações adversas nas condições do setor.

#### i) Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante em exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados numa base individual, as eventuais perdas por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros, descontado com base na taxa de juro efetiva.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de riscos similares.

Os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo deduzido na posição financeira ao valor do ativo a que respeita.

#### ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda, quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento por parte do órgão de gestão. No julgamento efetuado, o Grupo avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através

de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Os critérios para a determinação de imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

#### Instrumentos de capital

- Decréscimos significativos na cotação (superior ou igual a 35%) ou prolongados no tempo (decrécimo sucessivo por um período igual ou superior a 1 ano).

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais após o reconhecimento das perdas por imparidade são reconhecidas em "Reservas de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, é considerada existir imparidade, sendo refletida na demonstração de ganhos e perdas.

#### Instrumentos de dívida

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como pagamento de juros ou capital;
- Reestruturações de operações;
- Probabilidade do devedor em entrar em falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo; e
- Alterações adversas do setor.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas na demonstração de ganhos e perdas num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento das perdas por imparidade.

#### Instrumentos financeiros mensurados ao custo

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados, e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua análises periódicas de imparidade. Nesse sentido, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado.

O montante de perdas por imparidade determinado é reconhecido na demonstração de ganhos e perdas. As perdas por imparidade não poderão ser revertidas em qualquer circunstância.

### **2.4.5 Terrenos e edifícios de rendimento**

Os terrenos e edifícios de rendimento correspondem aos imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os terrenos e edifícios de rendimento são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de rendimentos são mensurados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, não sendo depreciados.

As variações no justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas, na rubrica de "Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 3 anos.

#### **2.4.6 Terrenos e edifícios de uso próprio**

Os terrenos e edifícios de rendimento correspondem aos imóveis detidos pelo Grupo para sua utilização e/ou arrendamento.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de rendimentos são mensurados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio". As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de depreciação.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

#### **2.4.7 Outros ativos tangíveis**

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo no decurso da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos ativos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

Um item do ativo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do ativo) é reconhecido em ganhos e perdas no período da sua anulação do reconhecimento.

O Grupo efetua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas.

#### **2.4.8 Imparidade de ativos não financeiros**

O Grupo avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado ativo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um ativo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, o Grupo estima a respetiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o ativo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, o Grupo reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo e são revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Para os investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados, o justo valor deverá ser determinado recorrendo a modelos de avaliação a partir de dados observáveis no mercado, caso contrário deverão permanecer ao custo.

#### **2.4.9 Locações**

A determinação de um acordo é ou contém operações de locação baseia-se na substância do acordo em relação a data de início e obriga a uma avaliação sobre se o cumprimento do acordo depende do uso dum bem ou bens específicos e se o acordo transmite o direito de usar o bem.

##### Companhia como locatária

A locação é reconhecida no momento inicial como operacional ou financeira. As locações que não transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são classificados como locações operacionais.

Os pagamentos efetuados são reconhecidos como despesa na demonstração de ganhos e perdas nos períodos a que dizem respeito.

As locações financeiras transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo. As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro, sendo reconhecido na demonstração de ganhos e perdas, e pela amortização financeira de capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

##### Companhia como locadora

As locações que não transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são classificados como locações operacionais. As rendas periódicas são reconhecidas como rendimento na demonstração de ganhos e perdas, nos períodos a que respeitam.

As locações financeiras transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo. As rendas periódicas são constituídas pelo rendimento financeiro, sendo reconhecido na demonstração de ganhos e perdas, e pela amortização financeira de capital que é deduzida ao ativo ao longo do período da locação.

#### **2.4.10 Impostos sobre rendimentos**

##### Impostos correntes

O imposto corrente, ativo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular aquele montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício económico, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

##### Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tri-

butação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos na demonstração de ganhos e perdas, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

#### **2.4.11 Provisões e passivos contingentes**

Procede-se ao reconhecimento de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, podendo ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, e a responsabilidade seja possível, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

#### **2.4.12 Benefícios dos empregados**

##### Responsabilidades com pensões

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma "NIC 19 – Benefícios dos Empregados".

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o sector segurador, o Grupo tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor actual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. Nesta data, o Grupo não tinha trabalhadores nesta situação. Este contrato coletivo de trabalho foi alterado em 08 de dezembro de 2014, tendo sido aumentada a contribuição da entidade patronal para os anos de 2014 e seguintes.

##### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Gastos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

#### **2.4.13 Instrumentos de capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual

da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

#### **2.4.14 Caixa e equivalentes de caixa**

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa o Grupo considerou como caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de relato, onde se incluem o caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### **2.4.15 Resseguro**

No decurso da sua atividade o Grupo cede risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua atividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

#### **2.4.16 Valores a receber por operações de seguro**

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos ao Grupo, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva. Sempre que se registem indícios de que um ativo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em ganhos e perdas qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os ativos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

#### **2.4.17 Contratos de seguro**

O Grupo emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

##### a) Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, co-seguro, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no período a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Tal como referido para os ganhos decorrentes de contratos de seguro, as comissões de administração cobradas aos tomadores de seguro são reconhecidas como ganho quando incorridas, independentemente do momento do seu recebimento.

##### b) Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

##### c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do período de doze meses findo à data do relato, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objetivo imputar

aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método pro-rata temporis.

A provisão para prémios não adquiridos é reconhecida na demonstração da posição financeira, deduzida dos custos de aquisição diferidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro Não Vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem.

#### d) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que o Grupo espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do período, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Os métodos de cálculo das provisões para sinistros são variáveis consoante os ramos e dentro destes consoante o tipo de sinistros em questão:

- Em Acidentes de Trabalho, manteve-se em 2018, o método de cálculo da Provisão para Outras Prestações e Custos relativamente aos anos anteriores.

As provisões iniciais são calculadas com base no "Custo médio da lesão" sendo atempadamente ajustadas face a uma apreciação casuística do processo.

Nos casos mais graves é feito de imediato uma avaliação individual.

As Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho são calculadas de acordo com o disposto na Norma Regulamentar nº. 10/2016-R de 15 de Setembro, considerando-se nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis a Tabela de Mortalidade TD 88/90 e a taxa de juro técnica de 5,25% (Portaria 11/2000 de 13 de Janeiro) e nas restantes pensões, resultantes de sinistros ocorridos até 01.01.2016, exclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 4% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 01.01.2016 e até 31.12.2016, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3,5% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 1 de janeiro de 2017, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3 % e encargos de gestão de 1%.

Em 31 de dezembro de 2018 para os sinistros de AT pensões ocorridos em 2016, não remíveis, foi efectuado um ajuste manual para alterar a taxa técnica de 3,5% para 3% e incluído na provisão Matemática.

Para a determinação da Provisão Matemática, o seu valor foi calculado considerando-se, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis, a Tábua de Mortalidade TD 88/90 e a taxa de juro técnica de 5,25% (Portaria 11/2000 de 13 de Janeiro) e nas restantes pensões, resultantes de sinistros ocorridos até 1 de janeiro de 2016, exclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 4% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3,5% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 1 de janeiro de 2017, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3 % e encargos de gestão de 1%.

Em 31.12.2018 para os sinistros de AT pensões ocorridos em 2016, não remíveis, foi efectuado um ajuste manual para alterar a taxa técnica de 3,5% para 3% e incluído no valor da PM.

Na Provisão para Sinistros não Declarados manteve-se o método seguido nos anos anteriores com a inclusão dos custos de gestão imputados e uma Provisão IBNR – pensões, em AT, que corresponde a uma provisão para presumíveis incapacidades Permanentes de processos de sinistro ocorridos mas ainda não declarados que se encontra incluída na Provisão Matemática – Presumíveis.

O aprovisionamento respeitante aos encargos com assistência vitalícia, que teve por base a estimativa de custos anuais com responsabilidades vitalícias com uma taxa de inflação de 1.7%, corresponde ao valor actual da

responsabilidade utilizando as bases técnicas aplicadas no cálculo das provisões matemáticas incluindo uma provisão para fazer face ao risco de Assistência Vitalícia por identificar e à evolução dos encargos já identificados. Na provisão constituída para fazer face ao risco de revisão de processos de pensão de acidentes de trabalho, foi considerado, para os processos de pensão com risco de revisão a 31 de dezembro de 2018 um acréscimo de 4% na pensão anual.

Relativamente à Provisão respeitante aos encargos com Assistência Vitalícia seguimos critérios objetivos para a sua identificação e o seu cálculo, tendo por base uma estimativa de custos anuais com responsabilidades vitalícias e a idade do pensionista, corresponde ao valor actual da responsabilidade utilizando a Tábua de Mortalidade TV 73-77, as taxas de juro utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas das pensões “não remíveis”, uma taxa de inflação de 1.7% e encargos de gestão de 1%.

Para os Sinistros de Acidentes Pessoais a provisão é definida à data do sinistro, caso a caso, e é geralmente igual ao capital seguro.

Para os sinistros Marítimos a provisão é calculada com base no custo estimado das avarias reclamadas e/ou de peritagem.

Nos sinistros respeitantes a Incêndio e Multi-Riscos é também utilizada a peritagem.

Na Provisão para Sinistros estão incluídos os custos estimados de gestão de sinistros correspondentes a sinistros a regularizar bem como os custos estimados dos sinistros ocorridos mas ainda não participados a 31 de Dezembro. Em Acidentes de Trabalho é ainda incluída uma provisão para presumíveis incapacidades permanentes de processos de sinistro ocorridos mas ainda não declarados e uma provisão para fazer face ao risco de Assistência Vitalícia por identificar e à evolução dos encargos já identificados.

Adicionalmente foi constituída uma provisão para fazer face ao risco de revisão de processos de pensão de acidentes de trabalho.

#### e) Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

O método de cálculo para a provisão de sinistros não declarados tem por base o nº de sinistros e a média de custos por sinistros.

Determinação de quantidade de sinistros abertos após o ano de ocorrência – construção de uma matriz de run-off ano de ocorrência versus ano de abertura aplicando o método de Link-ratios average;

Determinação do custo médio dos sinistros – valor encontrado a partir do L-Ultimate obtido na triangularização da provisão para sinistros (montantes pagos) dividido pelo nº último de sinistros.

A estimativa do montante necessário de provisão é encontrada pela multiplicação dos fatores atrás indicados.

#### f) Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima. A quota-parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

#### g) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

#### h) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade exceccionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pelo Grupo, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pelo Grupo.

### **2.5 Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos**

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efetuados pelo Conselho de Administração são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos períodos seguintes.

#### **Estimativas e pressupostos**

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue:

##### Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com os pressupostos da nota 2.4.2, alínea g). Desta forma, a determinação da imparidade resulta da avaliação específica efetuada pelo Grupo efetuada aos emitentes dos instrumentos financeiros.

##### Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que o Grupo necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada ao Grupo em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;
- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados ao Grupo;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pelo Grupo a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos segurados. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador de seguro.

A constituição de responsabilidades por contractos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade do Grupo, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. O Grupo elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contractos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica no Grupo. O Grupo procede ainda à determinação de esti-

mativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos mas não reportados adequadamente (IBNER).

### Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em que o Grupo é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda do Conselho de Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão periódica.

### Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Grupo sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é suscetível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos ativos exige que o Conselho de Administração efetue julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos.

## **2.6 Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros**

Impacto da adopção das alterações às normas que se tornaram efectivas a 1 de janeiro de 2018:

### IFRS 9 - Instrumentos financeiros

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros, (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada), e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. De acordo com a consulta pública nº3/2018 emitida pela ASF, as entidades que se dedicam predominantemente a actividades de seguros e que preenchem determinadas condições podem optar por diferir a data de eficácia da IFRS 9 até 1 de Janeiro de 2021. A aplicação da IFRS 9 em 2021 terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, à data presente data ainda não quantificáveis.

### IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes

Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

### Alterações à IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes

Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### Alterações à IFRS 4 - Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)

Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer em Outro rendimento integral em vez de reconhecer na Conta de Ganhos e Perdas, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja actividade predominante seja a seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. A norma terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### Alterações - IFRS 2 - Classificação e mensuração de transacções de pagamentos baseados em ações

Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transacções de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (cash-settled) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em acções, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (cash-settled) para liquidado com capital próprio (equity-settled). Para além disso, introduz uma excepção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em acções seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (equity-settled), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo visto a entidade não apresentar pagamentos baseados em acções.

#### Alterações à IAS 40 – Propriedades de investimento

Esta alteração clarifica que os activos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimento quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efectuar a transferência. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### IFRIC 22 - Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada (Nova)

Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transacção" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transacção" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transacções em moeda estrangeira. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Melhorias às normas 2014 – 2016 – Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Estas melhorias não terão impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

**Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, que a União Europeia já endossou:**

#### IFRS 16 - Locações

Esta nova norma substitui a IAS 17 com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação reflectindo futuros pagamentos da locação e um activo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, excepto certas locações de curto prazo e de activos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um activo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. A norma terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, todavia é convicção que o mesmo não é materialmente relevante.

#### Alterações à IFRS 9 – Instrumentos financeiros: Elementos de pré-pagamento com compensação negativa

Esta alteração introduz a possibilidade de classificar activos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### Nova IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento

Trata-se de uma interpretação à IAS 12 - Imposto sobre o rendimento, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transacção específica, a entidade deverá efectuar a sua melhor estimativa e registar os activos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e activos contingentes, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

**Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, mas que a União Europeia ainda não endossou:**

#### Alterações à IAS 19 – Benefícios dos empregados: Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia e esta exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos actualizados para determinar o custo do serviço actual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “asset ceiling”. O impacto no “asset ceiling” é sempre registado em outro rendimento integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. A alteração terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### Alterações à IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A mesma clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial são contabilizados segundo a IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de serem adicionados para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou num empreendimento conjunto caso existam indicadores de imparidade. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### Alterações à IFRS 3 – Concentração de actividades empresariais: Definição de negócio (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia e constitui uma revisão à definição

de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente o conceito de aquisição e output. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Estes passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes e que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os accionistas. Adicionalmente, passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transacção se refere à aquisição de um activo ou de um negócio. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Alterações à IAS 1 e IAS 8: Definição de material (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia e introduz (i) modificação ao conceito de material, (ii) clarificações quanto à referência a informações pouco claras, correspondendo a situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, no contexto global das demonstrações financeiras consolidadas e (iii) ainda clarificações quanto ao termo "principais utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas". Estes são definidos como actuais e futuros investidores, financiadores e credores que dependem das demonstrações financeiras consolidadas para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. As alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Melhorias às normas 2015 – 2017 (a aplicar a exercícios que se iniciem a partir de 1 de Janeiro de 2019)

Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia e afecta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11

Relativamente à IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos há a clarificação que os empréstimos específicos obtidos que ainda permaneçam em aberto, após os activos qualificáveis a que respeitam estarem na sua condição de uso ou venda, devem ser adicionados aos empréstimos genéricos para calcular a taxa de juro média de capitalização nos outros activos qualificáveis.

A IAS 12 - Impostos sobre o rendimento clarifica que os impactos fiscais dos dividendos são reconhecidos na data em que a entidade regista a responsabilidade pelo pagamento de dividendos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, em outro rendimento integral ou em capital, consoante a transacção ou o evento que deu origem aos dividendos.

A IFRS 3 Concentrações de actividades empresariais e IFRS 11 Acordos conjuntos esclarecem que: (i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são mensurados ao justo valor, e (ii) quando um investidor numa operação conjunta, que não exerce controlo conjunto, obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, não contabiliza o interesse detido anteriormente ao justo valor.

As melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Estrutura conceptual 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020) que ainda estão sujeitas a aprovação pela União Europeia. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de activo/passivo e de gasto/rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, excepto se impraticáveis. A alteração da estrutura conceptual não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRS 17 - Contratos de seguro (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021)

Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A mesma substitui a IFRS 4 e é apli-

cável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (building block approach) ou simplificado (premium allocation approach). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A norma terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

### **Alterações de políticas contabilísticas, estimativas ou erros**

À parte dos impactos descritos no parágrafo do impacto da adopção das alterações às normas que se tornaram efectivas a 1 de janeiro de 2018, não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas.

Adicionalmente, não ocorreram alterações nas estimativas, e não foram identificados erros materiais que resultem na reexpressão das demonstrações financeiras consolidadas.

### **3. Relato por segmentos**

O Grupo encontra-se organizada por segmentos de negócio. A definição destes segmentos de negócios foi efectuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor no Grupo. O Grupo considera o segmento de negócio como o segmento principal, e efetua o seu relato da informação por ramos, como segue: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos em Coisas e Marítimo. As modalidades incluídas em cada segmento de negócio apresentam-se como segue:

#### Acidentes de Trabalho:

- Trabalhadores por Conta de Outrem
- Trabalhadores Independentes
- Subscritores da Caixa Geral de Aposentações
- Transferência de Pensões

#### Acidentes Pessoais:

- Individual/Grupo, Escolar, Formandos, Bombeiros, Autarcas;
- Lazer (onde se inclui o Desporto Amador), Viagem, Mergulho, Pesca Desportiva

#### Seguros Patrimoniais:

- Incêndio
- Multiriscos (Habitação, Condomínio, PME)
- Aquacultura

#### Marítimo:

- Cascos – Embarcações de Pesca
- Cascos - Embarcações de Marítimo/Turística e de barcos de recreio

A demonstração da posição financeira e a conta de ganhos e perdas apresenta-se como segue:

**Posição da demonstração financeira por segmentos**

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Ramos Não Vida	Não afeto	Total
<b>ATIVO</b>			
<i>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</i>	1 392 795	946 745	2 339 540
<i>Ativos financeiros disponíveis para a venda</i>	21 495 176	346 492	21 841 669
<i>Empréstimos e contas a receber</i>	1 500 000	152 798	1 652 798
<i>Terrenos e edifícios</i>	7 553 260	961 303	8 514 563
<i>Outros activos tangíveis</i>	-	179 202	179 202
<i>Provisões técnicas de resseguro cedido</i>	2 686 248	-	2 686 248
<i>Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo</i>	-	1 230 503	1 230 503
<i>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</i>	1 495 149	-	1 495 149
<i>Ativos por impostos</i>	-	403 260	403 260
<i>Acréscimos e diferimentos</i>	-	62 400	62 400
<b>Total ativo</b>	<b>36 122 629</b>	<b>4 282 703</b>	<b>40 405 332</b>
<b>PASSIVO</b>			
<i>Provisões técnicas</i>	18 695 361	-	18 695 361
<i>Outros passivos financeiros</i>	2 808 956	-	2 808 956
<i>Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo</i>	1 220 326	-	1 220 326
<i>Outros credores por operações de seguros e outras operações</i>	3 751 073	-	3 751 073
<i>Passivos por impostos</i>	-	1 817 016	1 817 016
<i>Acréscimos e diferimentos</i>	-	442 506	442 506
<b>Total do passivo</b>	<b>26 475 715</b>	<b>2 259 522</b>	<b>28 735 237</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017		
	Ramos Não Vida	Não afeto	Total
<b>ATIVO</b>			
<i>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</i>	946 913	-	946 913
<i>Ativos financeiros disponíveis para a venda</i>	21 248 572	20 955	21 269 527
<i>Empréstimos e contas a receber</i>	950 561	176 421	1 126 982
<i>Ativos financeiros a deter até à maturidade</i>	254 941	-	254 941
<i>Terrenos e edifícios</i>	6 850 600	1 023 182	7 873 782
<i>Outros activos tangíveis</i>	-	145 747	145 747
<i>Provisões técnicas de resseguro cedido</i>	2 673 053	-	2 673 053
<i>Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo</i>	1 316 009	-	1 316 009
<i>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</i>	2 316 693	-	2 316 693
<i>Ativos por impostos</i>	-	400 664	400 664
<i>Acréscimos e diferimentos</i>	-	31 977	31 977
<b>Total ativo</b>	<b>36 557 342</b>	<b>1 798 946</b>	<b>38 356 288</b>
<b>PASSIVO</b>			
<i>Provisões técnicas</i>	17 989 775	-	17 989 775
<i>Outros passivos financeiros</i>	2 801 644	-	2 801 644
<i>Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo</i>	1 293 938	-	1 293 938
<i>Outros credores por operações de seguros e outras operações</i>	3 187 093	-	3 187 093
<i>Passivos por impostos</i>	-	1 890 799	1 890 799
<i>Acréscimos e diferimentos</i>	-	461 620	461 620
<b>Total do passivo</b>	<b>25 272 450</b>	<b>2 352 419</b>	<b>27 624 869</b>

## Conta de ganhos e perdas por segmentos

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2018	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Incêndio e elementos da natureza	Multiriscos	Marítimo	Não afetos	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	4 464 334	703 832	95	31 752	654 330	-	5 854 343
Rédito	-	-	-	-	-	1 749 183	1 749 183
Custos com sinistros líquidos de resseguro	3 702 007	476 084	1 995	74 872	536 561	-	4 791 519
Outras provisões técnicas liquidadas de resseguro		(74 503)	(8 386)	(18 124)	(73 333)	-	(174 345)
Custos de exploração líquidos de resseguro	342 822	357 964	22	63 352	340 531	-	1 104 691
Resultado dos investimentos	988 151	17 864	640	4 853	46 898	25 043	1 083 449
Perdas por imparidade	-	-	-	-	3 153	29 921	33 075
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	17 460	3	-	-	-	-	17 463
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	116 276	116 276
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(1 164 903)	(1 164 903)
<b>Total</b>	<b>1 425 116</b>	<b>(186 852)</b>	<b>(9 668)</b>	<b>(119 743)</b>	<b>(252 350)</b>	<b>463 125</b>	<b>1 319 629</b>

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2017	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Incêndio e elementos da natureza	Multiriscos	Marítimo	Não afetos	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	4 065 024	660 921	94	32 010	645 335	-	5 403 384
Rédito	-	0	-	0	-	1 618 522	1 618 522
Custos com sinistros líquidos de resseguro	3 720 416	237 048	-	47 916	799 468	-	4 804 848
Outras provisões técnicas liquidadas de resseguro	48 176	-	(4 966)	19 331	147 969	-	210 510
Custos de exploração líquidos de resseguro	312 352	334 738	70	53 920	233 112	-	934 192
Resultado dos investimentos	437 871	1 778	18	(693)	(1 096)	66 958	504 836
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	60 614	60 614
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-	(27 853)	-	(27 853)
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	(169 052)	(169 052)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(581 474)	(581 474)
<b>Total</b>	<b>518 303</b>	<b>90 913</b>	<b>(4 924)</b>	<b>(51 188)</b>	<b>(268 225)</b>	<b>1 212 444</b>	<b>1 497 323</b>

## 4. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
Caixa	7 754	4 494
Depósitos à ordem	2 331 786	942 419
<b>Totais</b>	<b>2 339 540</b>	<b>946 913</b>

## 5. Ativos financeiros disponíveis para a venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<b>Instrumentos de dívida</b>		
<i>De dívida pública</i>		
Emissores nacionais	4 824 050	4 505 079
Emissores estrangeiros	10 333 925	9 724 936
<i>De dívida privada</i>		
Emissores nacionais	1 190 059	796 250
Emissores estrangeiros	4 392 403	4 859 866
	<b>20 740 436</b>	<b>19 886 131</b>
<b>Instrumentos de capital</b>		
Emissores nacionais	542 791	591 247
Emissores estrangeiros	386 731	607 338
	<b>929 522</b>	<b>6 854 701</b>
<b>Outros instrumentos</b>		
Emissores nacionais	35 278	33 888
Emissores estrangeiros	136 432	150 923
	<b>171 710</b>	<b>184 811</b>
<b>Totais gerais</b>	<b>21 841 669</b>	<b>21 269 527</b>

## 6. Empréstimos e contas a receber

A rubrica de empréstimos e contas a receber apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<b>Outros depósitos</b>		
Depósitos a prazo	1 500 111	950 561
<b>Empréstimos concedidos</b>		
Outros	152 687	176 421
<b>Totais</b>	<b>1 652 798</b>	<b>1 126 982</b>

## 7. Ativos financeiros a deter até à maturidade

Os empréstimos e contas a receber apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<b>Instrumentos de dívida</b>		
<i>De dívida pública</i>		
Emissores nacionais	-	254 941
<b>Totais</b>	<b>-</b>	<b>254 941</b>

## 8. Terrenos e edifícios de uso próprio

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de uso próprio foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	<b>Total</b>
<b>A 1 de janeiro de 2017</b>	
Valor bruto	3 456 364
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	38 755
	<b>3 417 609</b>
Adições	14 734
Alienações	-
Revalorização	55 994
Perdas por imparidade	-
Valor bruto	<b>70 728</b>
Depreciações do exercício	22 765
Alienações/abates	-
	22 765
<b>A 31 de dezembro de 2017</b>	
Valor bruto	3 539 002
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	61 520
	<b>3 477 482</b>
Adições	2 483
Alienações	-
Revalorização	286 461
Reversão de perdas por imparidade	-
Valor bruto	<b>288 944</b>
Depreciações do exercício	60 048
Revalorização	(43 925)
Alienações/abates	-
Valor bruto	<b>16 123</b>
<b>A 31 de dezembro de 2018</b>	
Valor bruto	3 827 946
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	77 643
<b>Total geral</b>	<b>3 750 303</b>

As avaliações dos terrenos e edifícios de uso próprio são obtidas através de um avaliador independente.

O justo valor foi determinado de acordo com a abordagem do custo, ou seja, através da determinação do valor do edifício através da soma do terrenos e edifício, bem como todos os custos necessários à sua construção, de características semelhantes, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e semelhante vida útil remanescente, acrescido das margens de lucro requeridas.

À data de balanço, o valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da data de avaliação apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	<b>31-dez-2018</b>	<b>31-dez-2017</b>
2018	2 002 000	-
2017	1 748 303	2 375 660
2016	-	1 101 822
<b>Totais</b>	<b>3 750 303</b>	<b>3 477 482</b>

Não se verificaram transferências entre os níveis 1 ou 2 de justo valor para o nível 3 durante o exercício. O justo valor dos terrenos e edifícios de uso próprio encontra-se no nível 3. As divulgações de justo valor encontram-se na nota 33.

Caso os terrenos e edifícios de uso próprio tivessem sido mensurados ao modelo do custo, o valor líquido contabilístico apresentar-se-ia como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>31-dez-2018</b>	<b>31-dez-2017</b>
Custo de aquisição	2 307 488	2 307 488
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade	453 886	395 211
<b>Totais</b>	<b>1 853 602</b>	<b>1 912 276</b>

## 9. Terrenos e edifícios de rendimento

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de rendimento foi o seguinte:

*(montantes expressos em Euros)*

	<b>Total</b>
<b>A 1 de janeiro de 2017</b>	<b>4 250 000</b>
Adições	140 000
Variações de justo valor	6 300
<b>A 31 de dezembro de 2017</b>	<b>4 396 300</b>
Adições	-
Variações de justo valor	367 960
<b>A 31 de dezembro de 2018</b>	<b>4 764 260</b>

As avaliações dos terrenos e edifícios de rendimento são obtidas através de um avaliador independente.

O justo valor foi determinado de acordo com a abordagem do rendimento, ou seja, através do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Não se verificaram transferências entre os níveis 1 ou 2 de justo valor para o nível 3 durante o exercício. O justo valor dos terrenos e edifícios de uso próprio encontra-se no nível 3. As divulgações de justo valor encontram-se na nota 33.

O Grupo celebrou contratos de locação operacional com todos os imóveis de rendimento.

Os rendimentos resultantes dos contratos ascenderam, em 31 de dezembro de 2018, a 212.341 euros (31 de dezembro de 2017, a 198.567 euros).

Os gastos de conservação e reparação nos imóveis ascenderam a 16.365 euros e 4.008 euros, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente.

Não existiram restrições na capacidade de realização de terrenos ou edifícios de rendimento ou do recebimento de proventos de rendimento ou proventos de alienação, assim como obrigações contratuais para a aquisição, construção ou desenvolvimento de terrenos e edifícios.

## 10. Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido em outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-dez-2018
<b>Custo de aquisição</b>					
Equipamento administrativo	526 576	17 640	(148 131)	-	396 085
Máquinas e ferramentas	37 091	2 748	(17 239)	-	22 601
Equipamento informático	660 664	26 290	(270 653)	-	416 301
Instalações interiores	22 023	-	(3 000)	-	19 023
Material de transporte	447 167	79 407	(77 682)	-	448 892
Equipamento hospitalar	53 863	3 100	(39 421)	-	17 542
Outro equipamento	48 403	7 308	(569)	-	55 142
Património artístico	27 149	-	(15 598)	-	11 551
<b>Total</b>	<b>1 822 936</b>	<b>136 493</b>	<b>(572 293)</b>	<b>-</b>	<b>1 387 136</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	Transferências	31-dez-2018
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Equipamento administrativo	515 772	7 537	(148 131)	-	375 178
Máquinas e ferramentas	36 656	735	(17 239)	-	20 152
Equipamento informático	615 975	39 504	(270 653)	-	384 826
Instalações interiores	22 023	-	(3 000)	-	19 023
Material de transporte	382 086	41 551	(68 739)	-	354 898
Equipamento hospitalar	53 863	861	(39 421)	-	15 303
Outro equipamento	50 813	3 907	(16 167)	-	38 553
Património artístico	-	-	-	-	-
	<b>1 677 188</b>	<b>94 095</b>	<b>(563 350)</b>	<b>-</b>	<b>1 207 934</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>145 748</b>				<b>179 202</b>

(montantes expressos em Euros)

	01-jan-2017	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-dez-2017
<b>Custo de aquisição</b>					
Equipamento administrativo	517 630	8 945	-	-	526 576
Máquinas e ferramentas	37 091	-	-	-	37 091
Equipamento informático	595 720	64 944	-	-	660 664
Instalações interiores	22 023	-	-	-	22 023
Material de transporte	441 189	37 225	(31 248)	-	447 167
Equipamento hospitalar	53 863	-	-	-	53 863
Outro equipamento	48 403	-	-	-	48 403
Património artístico	27 149	-	-	-	27 149
<b>Total</b>	<b>1 743 069</b>	<b>111 115</b>	<b>(31 248)</b>	<b>-</b>	<b>1 822 936</b>

(montantes expressos em Euros)

	01-jan-2017	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	Transferências	31-dez-2017
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Equipamento administrativo	502 546	13 226	-	-	515 772
Máquinas e ferramentas	36 087	569	-	-	36 656
Equipamento informático	576 251	39 724	-	-	615 975
Instalações interiores	22 023	-	-	-	22 023
Material de transporte	345 030	44 052	(6 996)	-	382 086
Equipamento hospitalar	53 863	-	-	-	53 863
Outro equipamento	64 352	3 719	(17 258)	-	50 813
Património artístico	-	-	-	-	-
	<b>1 600 152</b>	<b>101 290</b>	<b>(24 254)</b>	<b>-</b>	<b>1 677 188</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>142 917</b>				<b>145 747</b>

## 11. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
Provisão para prémios não adquiridos	621 715	582 200
Provisão para sinistros	2 064 533	2 090 853
<b>Totais</b>	<b>2 686 248</b>	<b>2 673 053</b>

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
Acidentes pessoais	49 155	41 804
Incêndio	262	258
Multiriscos	105 174	105 232
Marítimo	467 124	434 906
<b>Totais</b>	<b>621 715</b>	<b>582 200</b>

A variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Acidentes pessoais	41 804	7 351	49 155
Incêndio	258	4	262
Multiriscos	105 232	(58)	105 174
Marítimo	434 906	32 218	467 124
<b>Total</b>	<b>582 200</b>	<b>39 515</b>	<b>621 715</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Acidentes pessoais	40 845	959	41 804
Incêndio	277	(19)	258
Multiriscos	103 526	1 706	105 232
Marítimo	422 490	12 416	434 906
<b>Total</b>	<b>567 138</b>	<b>15 062</b>	<b>582 200</b>

A provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
Acidentes de trabalho	183 064	274 048
Acidentes pessoais	216 048	263 284
Incêndio	17 710	-
Multiriscos	46 453	26 416
Marítimo	1 601 257	1 527 105
<b>Totais</b>	<b>2 064 533</b>	<b>2 090 853</b>

A variação da provisão para sinistros de resseguro cedido foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	274 048	108 943	199 927	183 064
Acidentes pessoais	263 284	(20 732)	26 504	216 048
Incêndio	-	17 957	247	17 710
Multiriscos	26 416	95 541	75 504	46 453
Marítimo	1 527 105	1 424 415	1 350 264	1 601 257
<b>Total</b>	<b>2 090 853</b>	<b>1 626 125</b>	<b>1 652 445</b>	<b>2 064 533</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	871 054	195 763	792 769	274 048
Acidentes pessoais	283 432	67 630	87 778	263 284
Incêndio	-	-	-	-
Multiriscos	94 335	(7 129)	60 790	26 416
Marítimo	2 150 626	999 210	1 622 731	1 527 105
<b>Total</b>	<b>3 399 447</b>	<b>1 255 474</b>	<b>2 564 068</b>	<b>2 090 853</b>

## 12. Ativos e passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do Contrato Coletivo de Trabalho do setor segurador, o Grupo aderiu a um plano de pensões de benefício definido, gerido pela Ocidental, através do Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização.

Os benefícios assegurados são o pagamento das pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos do contrato celebrado.

A população abrangida é o conjunto de trabalhadores com admissão na indústria anterior a 1995 e com direito a complemento de reforma por velhice ou invalidez nos termos do contrato coletivo de trabalho à data.

A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
Valor atual das responsabilidades por serviços passados	634 023	677 269
Valor atual das pensões em pagamento	586 302	616 669
<b>Totais</b>	<b>1 220 325</b>	<b>1 293 938</b>

A variação do valor presente das responsabilidades apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<b>Valor inicial</b>	<b>1 293 938</b>	<b>1 231 742</b>
Benefícios pagos	(56 700)	(56 705)
Remissão de capital	(10 494)	-
Custo dos serviços correntes	28 525	27 029
Custo dos juros	22 641	24 638
Ganhos e perdas atuariais	(57 584)	67 233
<b>Saldo final</b>	<b>1 220 326</b>	<b>1 293 937</b>

A reconciliação do valor do fundo apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<b>Valor do Fundo inicial</b>	<b>1 316 009</b>	<b>1 266 232</b>
Contribuições do empregador	31 426	65 024
Benefícios pagos	(56 700)	(56 705)
Remissão em capital	(10 494)	-
Comissões de administrador do plano	(8 652)	(8 456)
Retorno real dos ativos	(41 086)	49 914
<b>Valor do Fundo final</b>	<b>1 230 503</b>	<b>1 316 009</b>

A reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos ativos do plano com os passivos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
Ativo/(Passivo) inicial	22 071	34 490
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nas responsabilidades	57 584	(67 233)
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nos ativos	(63 614)	25 125
		-
Custo do serviço corrente	(28 525)	(27 029)
Custo dos juros	(22 642)	(24 638)
Retorno esperado dos ativos	22 529	24 790
Comissões administrativas do plano	(8 652)	(8 456)
Contribuições para o Fundo	31 426	65 023
<b>Ativo/(Passivo) final</b>	<b>10 177</b>	<b>22 071</b>

O justo valor dos ativos do plano, bem como a respetiva quota-parte do Grupo, apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Classe de ativos	Fundo de Pensões		Quota-parte Mútua (0,84%)
	Horizonte Valorização	%	
Ações	35 422 920	24,27%	298 651
Obrigações taxa fixa	71 307 887	48,86%	601 195
Obrigações taxa variável	20 812 636	14,26%	175 471
Fundos Imobiliários	2 570 708	1,76%	21 674
Hedge Funds	5 583 827	3,83%	47 077
Liquidez	10 252 050	7,02%	86 435
<b>Totais</b>	<b>145 950 028</b>	<b>100%</b>	<b>1 230 503</b>

(montantes expressos em Euros)

Classe de ativos	Fundo de Pensões		Quota-parte Mútua (0,89%)
	Horizonte Valorização	%	
Ações	40 706 324	27,46%	361 372
Obrigações taxa fixa	70 981 957	47,88%	630 145
Obrigações taxa variável	24 850 757	16,76%	220 613
Fundos Imobiliários	1 512 733	1,02%	13 429
Hedge Funds	4 902 413	3,31%	43 521
Commodities	720 826	0,49%	6 399
Liquidez	4 565 334	3,08%	40 529
<b>Totais</b>	<b>148 240 344</b>	<b>100%</b>	<b>1 316 009</b>

Os pressupostos atuariais apresentam-se como segue:

Taxa de crescimento salarial	2,00%
Taxa de crescimento do fundo	1,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%
Taxa técnica (rendas vitalícias)	1,75%
Tábua de mortalidade	TV88/90
Tábua de invalidez	SuisseRe
N.º de pensões pagas anualmente	14
Idade da reforma	Estabelecida pela SS

### 13. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

A rubrica de devedores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<b>Contas a receber por outras operações de seguro directo</b>		
Tomadores	1 248 089	1 324 689
Mediadores	106 506	41 464
Co-seguradores	110 284	117 233
Reembolso de sinistros	285 109	318 207
	<b>1 749 987</b>	<b>1 801 593</b>
Perdas por imparidade	(1 022 260)	(897 778)
<b>Totais</b>	<b>727 727</b>	<b>903 815</b>
<b>Contas a receber por outras operações de resseguro</b>		
Resseguradores	<b>24 308</b>	<b>312 834</b>
<b>Contas a receber por outras operações</b>		
Subscritores de capital	6 853	6 977
Fornecedores	18 603	24 751
Pessoal	64 514	71 561
FAT	59 905	59 163
Outros	611 167	963 724
	<b>761 041</b>	<b>1 126 176</b>
Perdas por imparidade	(17 927)	(26 132)
<b>Totais</b>	<b>743 114</b>	<b>1 100 044</b>
<b>Totais Gerais</b>	<b>1 495 149</b>	<b>2 316 693</b>

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	Recibos por cobrar	Outros devedores
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>1 067 545</b>	<b>667 373</b>
Reforço	79	716
Reversão	(169 846)	(641 957)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>897 778</b>	<b>26 132</b>
Reforço	178 059	-
Reversão	(53 577)	(8 205)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1 022 260</b>	<b>17 927</b>

## 14. Ativos e passivos por impostos

Os ativos e passivos por impostos apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<i>Ativos por impostos correntes</i>		
<i>Pagamentos por conta de IRC</i>	78 041	50 237
<i>Outros</i>	62 801	67 505
	<b>140 842</b>	<b>117 742</b>
<i>Ativos por impostos diferidos</i>		
<i>Perdas por imparidade</i>	262 418	282 922
<b>Totais</b>	<b>403 260</b>	<b>400 664</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
<i>Imposto de selo</i>	101 856	109 940
<i>Taxa para o ANPC</i>	3 278	3 400
<i>Taxa para o INEM</i>	23 525	23 749
<i>Taxa para o FAT</i>	759 350	771 592
<i>Taxa para o ASF</i>	11 082	10 337
<i>Outros</i>	240 688	321 156
<b>Total</b>	<b>1 139 779</b>	<b>1 240 172</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>	185 694	288 201
<i>Imóveis de uso próprio</i>	341 290	274 138
<i>Imóveis de rendimento</i>	150 252	88 290
<b>Total</b>	<b>677 237</b>	<b>650 629</b>
<b>Totais gerais</b>	<b>1 817 016</b>	<b>1 890 801</b>

A movimentação dos impostos diferidos durante o exercício foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017	Variação em Ganhos e Perdas		Variação em Capital Próprio		31-dez-2018
		Gasto	Rendimento	Diminuição	(Aumento)	
<b>Ativos por impostos diferidos</b>						
<i>Perdas por imparidade</i>	282 922	20 504				262 418
<b>Total AID</b>	<b>282 922</b>	<b>20 504</b>	-	-	-	<b>262 418</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>	288 201		1 123		(102 507)	185 694
<i>Imóveis de uso próprio</i>	274 138		9 301			341 290
<i>Imóveis de rendimento</i>	88 290	61 964	10 231			150 252
<b>Total PID</b>	<b>650 629</b>	<b>61 964</b>	<b>20 656</b>	-	<b>(102 507)</b>	<b>677 237</b>
<b>Totais variações líquidas</b>		<b>82 468</b>			<b>(35 355)</b>	

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2016	Variação em Ganhos e Perdas		Variação em Capital Próprio		31-dez-2017
		Gasto	Rendimento	Diminuição	(Aumento)	
<b>Ativos por impostos diferidos</b>						
<i>Perdas por imparidade</i>	281 632	-	(1 290)	-	-	282 922
<b>Total AID</b>	<b>281 632</b>	<b>-</b>	<b>(1 290)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>282 922</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>	137 363	-	-	-	150 838	288 201
<i>Imóveis de uso próprio</i>	121 637	-	-	-	152 501	274 138
<i>Imóveis de rendimento</i>	84 774	3 516	-	-	-	88 290
<b>Total PID</b>	<b>343 774</b>	<b>3 516</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>303 339</b>	<b>650 629</b>
<b>Totais variações líquidas</b>		<b>2 226</b>			<b>303 339</b>	

A conciliação da taxa efetiva de imposto apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		31-dez-2017	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
<i>Resultado antes de imposto</i>		1 319 631		1 497 323
<i>Imposto corrente:</i>	21,00%	277 122	21,00%	314 438
<i>Gastos e rendimentos não tributáveis</i>	-0,98%	(12 950)	-7,42%	(111 077)
<b>Imposto sobre o rendimento corrente</b>	<b>20,02%</b>	<b>264 172</b>	<b>13,58%</b>	<b>203 361</b>

## 15. Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<i>Gastos diferidos</i>	62 400	31 977
<b>Totais</b>	<b>62 400</b>	<b>31 977</b>

## 16. Afetação dos investimentos e outros ativos

A afetação dos investimentos e outros ativos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			31-dez-2017		
	Não Vida	Não afetos	Total	Não Vida	Não afetos	Total
<i>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</i>	1 392 795	-	1 392 795	578 099	-	578 099
<i>Activos financeiros disponíveis para a venda</i>	21 524 857	-	21 524 857	20 955 563	2 500	20 958 063
<i>Empréstimos e contas a receber</i>	1 500 111	152 686	1 652 797	950 561	176 421	1 126 982
<i>Ativos financeiros a deter até à maturidade</i>	-	-	-	254 941	-	254 941
<i>Terrenos e edifícios</i>	7 553 260	648 152	8 201 412	6 850 600	703 180	7 553 780
<i>Outros ativos tangíveis</i>	130 974	-	130 974	97 902	-	97 902
<i>Outros ativos</i>	250 126	-	250 126	290 355	-	290 355
<b>Totais</b>	<b>32 352 123</b>	<b>800 838</b>	<b>33 152 961</b>	<b>29 978 021</b>	<b>882 101</b>	<b>30 860 122</b>

## 17. Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro direto apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
Provisão para prémios não adquiridos	1 055 527	924 719
Provisão para sinistros	17 124 513	16 724 081
Provisão para desvios de sinistralidade	68 500	63 500
Provisão para riscos em curso	446 820	277 475
<b>Totais</b>	<b>18 695 361</b>	<b>17 989 775</b>

### Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			31-dez-2017		
	Prémios Não Adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos	Prémios Não Adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos
Acidentes de trabalho	302 631	(48 123)	254 508	238 187	(42 040)	196 147
Acidentes pessoais	212 517	(36 869)	175 647	175 388	(33 218)	142 170
Incêndio	291	(67)	224	287	(67)	220
Multiriscos	118 752	(23 167)	95 584	119 025	(23 293)	95 732
Marítimo	634 574	(105 010)	529 564	594 952	(104 502)	490 450
<b>Totais</b>	<b>1 268 764</b>	<b>(213 237)</b>	<b>1 055 527</b>	<b>1 127 839</b>	<b>(203 120)</b>	<b>924 719</b>

O movimento ocorrido na provisão para prémios não adquiridos de seguro direto durante o exercício foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo final
Acidentes de trabalho	196 148	58 360	254 508
Acidentes pessoais	142 170	33 477	175 647
Incêndio	220	4	224
Multiriscos	95 731	(147)	95 584
Marítimo	490 450	39 114	529 564
<b>Total</b>	<b>924 719</b>	<b>130 808</b>	<b>1 055 527</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo final
Acidentes de trabalho	178 117	18 031	196 147
Acidentes pessoais	132 600	9 570	142 170
Incêndio	246	(26)	220
Multiriscos	93 690	2 041	95 732
Marítimo	472 122	18 328	490 450
<b>Total</b>	<b>876 776</b>	<b>47 943</b>	<b>924 719</b>

## Provisão para sinistros

A provisão para sinistros de seguro direto, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
Acidentes de trabalho	13 624 011	13 364 856
Acidentes pessoais	839 751	710 308
Incêndio	19 678	(67)
Multiriscos	84 979	29 962
Marítimo	2 556 094	2 619 022
<b>Totais</b>	<b>17 124 513</b>	<b>16 724 081</b>

O movimento ocorrido na provisão para sinistros de seguro direto durante o exercício foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Não declarados	Saldo final
Acidentes de trabalho	13 364 856	(418 367)	677 522	13 624 011
Acidentes pessoais	710 308	50 733	78 710	839 751
Incêndio	(67)	19 745	-	19 678
Multiriscos	29 962	36 220	18 797	84 979
Marítimo	2 619 022	(427 452)	364 524	2 556 094
<b>Total</b>	<b>16 724 081</b>	<b>(739 121)</b>	<b>1 139 553</b>	<b>17 124 513</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Não declarados	Saldo final
Acidentes de trabalho	13 252 358	(341 701)	454 199	13 364 856
Acidentes pessoais	734 925	(164 332)	139 715	710 308
Incêndio	-	(67)	-	(67)
Multiriscos	134 205	(118 490)	14 247	29 962
Marítimo	3 115 034	(868 640)	372 628	2 619 022
<b>Total</b>	<b>17 236 522</b>	<b>(1 493 231)</b>	<b>980 790</b>	<b>16 724 081</b>

Os efeitos de alteração no pressuposto de taxa de juro sobre as provisões para sinistros apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Estimativa	Alteração	Impacto
Provisão para Sinistros de AT Custo Médio ou peritagem (ano 2018)	Acréscimo 25%	600 000
Provisão Matemática-Taxa Juro Técnica	Descida de 4% para 3% ano sin <2016 e de 3,5% para 3% ano sin 2016	888 000

Adicionalmente, procedemos à análise da sensibilidade da tarifa através da criação de 2 cenários e verificando o seu impacto ao nível da PRC.

### 1.º Cenário

Descida da taxa de juro técnica de 4% para 3% ano sin <2016 e de 3,5% para 3% ano sin 2016.

Verificação do seu impacto na Provisão Matemática de AT e na PRC.

2.º Cenário

AT- Impacto da descida da taxa de juro técnica de 4% para 3% ano sin <2016 e de 3,5% para 3% ano sin 2016 e acréscimo na Provisão para Outras Prestações e Custos em 25% para o ano de 2017.

Outros Ramos – Acréscimo na Provisão para Sinistros em 25% para o ano de sinistro de 2017.

(montantes expressos em Euros)

Impactos	Variação nas Provisões	
	31-dez-2018	31-dez-2017
Cenário 1	888 000	1 057 000
Cenário 2	1 087 000	1 271 000

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
Incêndio	2 500	2 500
Multiriscos	66 000	61 000
<b>Totais</b>	<b>68 500</b>	<b>63 500</b>

O movimento ocorrido na provisão para desvios de sinistralidade durante o exercício foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Incêndio	2 500	-	2 500
Multiriscos	61 000	5 000	66 000
<b>Totais</b>	<b>63 500</b>	<b>5 000</b>	<b>68 500</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Incêndio	2 500	-	2 500
Multiriscos	56 000	5 000	61 000
<b>Totais</b>	<b>58 500</b>	<b>5 000</b>	<b>63 500</b>

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
Acidentes pessoais	74 503	-
Incêndio	3 386	-
Multiriscos	59 456	41 332
Marítimo	309 476	236 143
<b>Totais</b>	<b>446 820</b>	<b>277 475</b>

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso durante o exercício foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Acidentes pessoais	-	74 503	74 503
Incêndio	-	3 386	3 386
Multiriscos	41 332	18 124	59 456
Marítimo	236 143	73 332	309 475
<b>Totais</b>	<b>277 475</b>	<b>169 345</b>	<b>446 820</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Acidentes de trabalho	48 176	(48 176)	-
Acidentes pessoais	-	-	-
Incêndio	35	(35)	-
Multiriscos	60 663	(19 331)	41 332
Marítimo	384 112	(147 969)	236 143
<b>Totais</b>	<b>492 986</b>	<b>(215 511)</b>	<b>277 475</b>

## 18. Outros passivos financeiros

A rubrica de outros passivos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
Depósitos recebidos de resseguradores	2 808 956	2 801 644
<b>Totais</b>	<b>2 808 956</b>	<b>2 801 644</b>

## 19. Outros credores por operações de seguros e outras operações

Os outros credores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<b>Contas a pagar por outras operações de seguro directo</b>		
Tomadores	267 773	240 298
Mediadores	2 688 268	2 236 739
Co-seguradores	113 883	127 752
Reembolso de sinistros	112 217	133 395
<b>Totais</b>	<b>3 182 141</b>	<b>2 738 184</b>
<b>Contas a pagar por outras operações de resseguro</b>		
Resseguradores	154 627	14 187
<b>Contas a pagar por outras operações</b>		
Subscritores de capital	86 739	89 868
Acionistas	264	264
Fornecedores	22 149	13 843
Outros	305 152	330 747
<b>Totais</b>	<b>414 304</b>	<b>434 722</b>
<b>Totais Gerais</b>	<b>3 751 073</b>	<b>3 187 093</b>

## 20. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
Rendimentos diferidos	219 711	205 335
Acréscimos de gastos	222 795	256 285
<b>Totais</b>	<b>442 506</b>	<b>461 620</b>

## 21. Capital social

O capital social é representado por títulos de capital com o valor mínimo previsto por Lei, ou um seu múltiplo, podendo ser agrupados para perfazerem a entrada mínima de cada cooperador, sendo variável e ilimitado, sendo o seu montante mínimo 5 milhões de euros, integralmente realizado, correspondendo ao somatório dos títulos de capital atribuídos aos cooperadores iniciais e títulos de capital detidos pela cooperativa.

Na data de transformação em cooperativa de responsabilidade limitada, foram atribuídos títulos aos associados do Grupo, em 31 de dezembro de 2003, designados por cooperadores iniciais, num total de 174.000 títulos com o valor nominal de 5 euros por título, perfazendo um total de 870.000 euros.

O remanescente capital social, no montante de 4.130.000 euros, é constituído por capital não titulado, propriedade comum da cooperativa.

Por último, a reserva do fundo mutualista ascende a 96.901 euros.

## 22. Reservas

A rubrica das reservas apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<i>Reservas de reavaliação</i>		
Ativos financeiros disponíveis para venda	842 577	1 289 686
Terrenos e edifícios de uso próprio	1 222 680	843 684
<b>Totais</b>	<b>2 065 258</b>	<b>2 133 370</b>
<i>Reservas por impostos diferidos</i>	(526 985)	(416 277)
<i>Outras reservas</i>		
Reserva legal	519 942	399 708
Outras reservas	1 721 234	946 547
<b>Totais</b>	<b>2 241 176</b>	<b>1 346 255</b>
<b>Totais gerais</b>	<b>3 779 449</b>	<b>3 063 348</b>

### 23. Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Prémios brutos emitidos	31-dez-2018			31-dez-2017		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Acidentes de trabalho	4 909 871	(381 094)	4 528 777	4 428 325	(344 983)	4 083 342
Acidentes pessoais	1 110 000	(376 391)	733 609	1 040 523	(370 589)	669 934
Incêndio	954	(858)	95	922	(830)	92
Multiriscos	264 763	(233 226)	31 537	269 307	(237 090)	32 217
Marítimo	2 819 392	(2 157 657)	661 736	2 774 628	(2 122 552)	652 076
<b>Totais</b>	<b>9 104 980</b>	<b>(3 149 226)</b>	<b>5 955 754</b>	<b>8 513 705</b>	<b>(3 076 044)</b>	<b>5 437 661</b>
<i>Variação da provisão para prémios não adquiridos</i>						
Acidentes de trabalho	64 443	-	64 443	18 319	-	18 319
Acidentes pessoais	37 128	(7 351)	29 777	9 972	(959)	9 013
Incêndio	4	(4)	0	(21)	19	(2)
Multiriscos	(273)	58	(215)	1 912	(1 705)	207
Marítimo	39 623	(32 218)	7 405	19 158	(12 417)	6 741
<b>Totais</b>	<b>140 925</b>	<b>(39 515)</b>	<b>101 411</b>	<b>49 339</b>	<b>(15 062)</b>	<b>34 277</b>
<b>Totais gerais</b>	<b>8 964 054</b>	<b>(3 109 711)</b>	<b>5 854 343</b>	<b>8 464 366</b>	<b>(3 060 982)</b>	<b>5 403 384</b>

### 24. Custos e Gastos por Natureza

A rubrica dos custos e gastos por natureza apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<b>Gastos com o pessoal</b>		
Remunerações		
Órgãos sociais	108 574	93 042
Pessoal	1 066 180	1 142 412
Encargos sobre as remunerações	260 670	272 554
Outros gastos com pessoal	109 549	127 066
<b>Totais</b>	<b>1 544 973</b>	<b>1 635 075</b>
<b>Fornecimento e serviços de terceiros</b>		
Água e Luz	31 285	29 398
Combustíveis	28 430	27 724
Material de escritório	22 926	20 306
Artigos para oferta	264	-
Conservação e reparação	234 164	206 357
Rendas e alugueres	2 344	1 950
Comunicação	75 855	62 427
Deslocações e estadas	72 804	79 907
Seguros	11 916	12 619
Publicidade e propaganda	45 155	54 704
Limpeza, saúde e conforto	21 130	18 543
Contencioso e Notariado	24 932	6 746
Vigilância e segurança	8 049	7 646
Trabalhos especializados	14 655	6 398
Gastos com trabalho independente	249 173	223 059
Quotizações	12 541	16 197
Outros fornecimentos e serviços terceiros	196 849	180 590
<b>Totais</b>	<b>1 052 471</b>	<b>954 572</b>
<b>Impostos e taxas</b>	<b>112 049</b>	<b>127 437</b>
<b>Depreciações</b>	<b>123 582</b>	<b>126 072</b>
<b>Juros suportados</b>	<b>3 258</b>	<b>10 499</b>
<b>Comissões</b>	<b>35 838</b>	<b>32 064</b>
<b>Totais</b>	<b>1 327 198</b>	<b>1 250 645</b>
<b>Totais Gerais</b>	<b>2 872 171</b>	<b>2 885 719</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo procedeu à imputação dos gastos gerais a cada uma das funções da seguinte forma, apresentando-se também registadas nas seguintes rubricas da demonstração de ganhos e perdas:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018				
	Custos com sinistros - montantes pagos	Custos de aquisição	Custos administrativos	Custos de investimento	Total
<b>Gastos imputados</b>					
<i>Gastos com o pessoal</i>	526 990	426 413	483 422	108 148	1 544 973
<i>Fornecimento e serviços de terceiros</i>	358 998	290 482	329 318	73 673	1 052 471
<i>Impostos e taxas</i>	69 953	7 155	16 042	18 899	112 049
<i>Depreciações</i>	42 154	34 109	38 669	8 651	123 582
<i>Juros suportados</i>	-	-	-	3 258	3 258
<i>Comissões</i>	-	-	-	35 838	35 838
<b>Total</b>	<b>998 095</b>	<b>758 158</b>	<b>867 451</b>	<b>248 468</b>	<b>2 872 171</b>
<i>Custos técnicos</i>	3 322 759	-	-	71 464	3 394 223
<i>Comissões de mediação</i>	-	152 056	122 162	-	274 219
<b>Total geral</b>	<b>4 320 853</b>	<b>910 214</b>	<b>989 613</b>	<b>319 931</b>	<b>6 540 612</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017				
	Custos com sinistros - montantes pagos	Custos de aquisição	Custos administrativos	Custos de investimento	Total
<b>Gastos imputados</b>					
<i>Gastos com o pessoal</i>	557 724	451 281	511 615	114 455	1 635 075
<i>Fornecimento e serviços de terceiros</i>	325 605	263 462	298 686	66 820	954 573
<i>Impostos e taxas</i>	70 263	6 752	15 069	35 354	127 438
<i>Depreciações</i>	43 003	34 796	39 448	8 825	126 072
<i>Juros suportados</i>	-	-	-	10 499	10 499
<i>Comissões</i>	-	-	-	32 064	32 064
<b>Total</b>	<b>996 595</b>	<b>756 291</b>	<b>864 818</b>	<b>268 017</b>	<b>2 885 721</b>
<i>Custos técnicos</i>	3 049 837	-	-	64 072	3 113 909
<i>Comissões de mediação</i>	-	134 951	91 414	-	226 364
<b>Total geral</b>	<b>4 046 431</b>	<b>891 241</b>	<b>956 232</b>	<b>332 089</b>	<b>6 225 993</b>

## 25. Comissões recebidas de contratos de seguro

As comissões recebidas de contratos de resseguro são reconhecidas com a efectivação do contrato.

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<i>Acidentes pessoais</i>	258 230	265 868
<i>Incêndio</i>	361	351
<i>Multiriscos</i>	83 304	83 578
<i>Marítimo</i>	443 125	562 088
<b>Totais</b>	<b>785 020</b>	<b>911 885</b>

## 26. Rédito

O rédito refere-se às comissões de mediação prestados pelo Grupo no decorrer dos exercícios.

## 27. Rendimentos financeiros

A rubrica de rendimentos financeiros apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Rendas	Juros	Dividendos	Total
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida</b>				
<i>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</i>				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	570 936	-	570 936
Investimentos a deter até à maturidade	-	5 957	-	5 957
<b>Outros</b>				
Imóveis de rendimento	169 716	-	13 955	183 671
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	1 099	-	1 099
<b>Investimentos não afectos</b>				
<i>Outros</i>				
Imóveis de rendimento	36 625	-	-	36 625
Empréstimos e contas a receber	-	668	-	668
<b>Total</b>	<b>206 341</b>	<b>577 992</b>	<b>13 955</b>	<b>798 955</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017			
	Rendas	Juros	Dividendos	Total
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida</b>				
<i>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</i>				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	568 610	-	568 610
Investimentos a deter até à maturidade	-	31 343	-	31 343
<b>Outros</b>				
Imóveis de rendimento	192 667	-	-	192 667
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	13 564	13 564
Investimentos a deter até à maturidade	-	2 252	-	2 252
Empréstimos e contas a receber	-	325	-	325
<b>Total</b>	<b>192 667</b>	<b>602 530</b>	<b>13 564</b>	<b>808 761</b>

## 28. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Técnica não vida	Não Técnica	Total
<i>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</i>			
Outros gastos de investimentos	71 464	-	71 464
<i>Outros</i>			
Outros gastos de investimentos	236 218	12 249	248 468
<b>Total</b>	<b>307 682</b>	<b>12 249</b>	<b>319 931</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017		
	Técnica não vida	Não Técnica	Total
<i>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</i>			
Outros gastos de investimentos	93 798	678	94 476
Outros			
Outros gastos de investimentos	223 730	13 882	237 612
<b>Total</b>	<b>317 528</b>	<b>14 560</b>	<b>332 088</b>

## 29. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas

Esta rubrica apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida</b>			
<i>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</i>			
Ativos financeiros disponíveis para venda	184 731	-	184 731
Outros			
Terrenos e edifícios de rendimento	598 038	(230 078)	367 960
Terrenos e edifícios de uso próprio	51 735	-	51 735
<b>Total</b>	<b>834 504</b>	<b>(230 078)</b>	<b>604 426</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017		
	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida</b>			
<i>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</i>			
Ativos financeiros disponíveis para venda	66 369	-	66 369
Outros			
Terrenos e edifícios de rendimento	-	(54 940)	(54 940)
Terrenos e edifícios de uso próprio	14 734	-	14 734
	81 103	(54 940)	26 163
<b>Investimentos não afectos</b>			
Outros			
Terrenos e edifícios de rendimento	-	2 000	2 000
Terrenos e edifícios de uso próprio			
<b>Total</b>	<b>81 103</b>	<b>(52 940)</b>	<b>28 163</b>

### 30. Perdas por imparidade (líquidas de reversão)

O movimento nas perdas por imparidade, líquidas de reversão, foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Imparidade de ativos financeiros detidos para venda	1 097 672	3 153	-	(124 200)	976 625
Imparidade de outros	159 757	29 921	-	-	189 678
<b>Total</b>	<b>1 257 429</b>	<b>33 075</b>	<b>-</b>	<b>(124 200)</b>	<b>1 166 304</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Imparidade de ativos financeiros detidos para venda	1 114 055	38 501	-	(54 883)	1 097 672
Imparidade de outros	137 644	22 113	-	-	159 757
<b>Total</b>	<b>1 251 699</b>	<b>60 614</b>	<b>-</b>	<b>(54 883)</b>	<b>1 257 429</b>

### 31. Outros rendimentos/gastos

A rubrica de outros rendimentos/gastos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
Rendimentos e ganhos não correntes		
Outros	203 859	838 725
Rendimentos e ganhos financeiros		
Outros	14 708	9 542
	218 567	848 267
Gastos e perdas		
FSE	(354 944)	(470 791)
Gastos com pessoal	(1 028 526)	(952 455)
Perdas em outros ativos		
Ativos tangíveis	-	(6 495)
	<b>(1 164 903)</b>	<b>(581 474)</b>

### 32. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros a deter até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	2 339 540	2 339 540
Ativos financeiros disponíveis para a venda	21 841 669	-	-	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	-	-	1 652 798	1 652 798
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 495 149	1 495 149
<b>Total Ativo</b>	<b>21 841 669</b>	<b>-</b>	<b>5 487 487</b>	<b>27 329 156</b>

	Ao justo valor por via de resultados	Empréstimos e contas a pagar	Total
<b>Passivo</b>			
Outros passivos financeiros	-	2 808 956	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	3 751 073	3 751 073
<b>Total Passivo</b>	-	<b>6 560 028</b>	<b>6 560 028</b>

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2017				
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros a deter até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	578 099	578 099
Activos financeiros disponíveis para a venda	20 958 063	-	-	20 958 063
Empréstimos e contas a receber	-	-	1 126 982	1 126 982
Ativos financeiros a deter até à maturidade	254 941	-	-	254 941
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	2 024 747	2 024 747
<b>Total Ativo</b>	<b>21 213 004</b>	-	<b>3 729 828</b>	<b>24 942 832</b>

	Ao justo valor por via de resultados	Empréstimos e contas a pagar	Total
<b>Passivo</b>			
Outros passivos financeiros	-	2 801 644	2 801 644
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	2 974 332	2 974 332
<b>Total Passivo</b>	-	<b>5 775 976</b>	<b>5 775 976</b>

### 33. Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1 – Valores cotados (não ajustáveis) em mercados ativos para os ativos e passivos identificáveis.

Nível 2 – Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efetuado com informação observável, quer direta, quer indiretamente.

Nível 3 – Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado ativo. O justo valor de instrumentos financeiros não cotados é obtido mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

As avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018				
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	Total
<b>Ativo</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	2 339 540	2 339 540
Activos financeiros disponíveis para a venda	21 841 669	-	-	-	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 652 798	1 652 798
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	3 750 303	-	-	3 750 303
Terrenos e edifícios de rendimento	-	4 764 260	-	-	4 764 260
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	1 495 149	1 495 149
<b>Total Ativo</b>	<b>21 841 669</b>	<b>8 514 563</b>	<b>-</b>	<b>5 487 487</b>	<b>35 843 719</b>
<b>Passivo</b>					
Outros passivos financeiros	-	-	-	2 808 956	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	3 751 073	3 751 073
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 560 028</b>	<b>6 560 028</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017				
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	Total
<b>Ativo</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	946 913	946 913
Activos financeiros disponíveis para a venda	21 269 527	-	-	-	21 269 527
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 126 982	1 126 982
Activos financeiros a deter até à maturidade	-	-	-	254 941	254 941
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	3 477 482	-	-	3 477 482
Terrenos e edifícios de rendimento	-	4 396 300	-	-	4 396 300
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	2 316 693	2 316 693
<b>Total Ativo</b>	<b>21 269 527</b>	<b>7 873 782</b>	<b>-</b>	<b>4 645 529</b>	<b>33 788 838</b>
<b>Passivo</b>					
Outros passivos financeiros	-	-	-	2 801 644	2 801 644
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	2 974 332	2 974 332
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 775 976</b>	<b>5 775 976</b>

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros e não financeiros do Grupo que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras consolidadas:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
<b>Ativo</b>		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 339 540	2 339 540
Activos financeiros disponíveis para a venda	21 841 669	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	1 652 798	1 652 798
Terrenos e edifícios de uso próprio	3 750 303	3 750 303
Terrenos e edifícios de rendimento	4 764 260	4 764 260
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 495 149	1 495 149
<b>Total Ativo</b>	<b>35 843 719</b>	<b>35 843 719</b>
<b>Passivo</b>		
Outros passivos financeiros	2 808 956	1 055 527
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 751 073	17 124 513
<b>Total Passivo</b>	<b>6 560 028</b>	<b>446 820</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
<b>Ativo</b>		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	946 913	946 913
Ativos financeiros disponíveis para a venda	21 269 527	21 269 527
Empréstimos e contas a receber	1 126 982	1 126 982
Ativos financeiros a deter até à maturidade	254 941	261 165
Terrenos e edifícios de uso próprio	3 477 482	3 477 482
Terrenos e edifícios de rendimento	4 396 300	4 396 300
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 316 693	2 316 693
<b>Total Ativo</b>	<b>33 788 838</b>	<b>33 795 062</b>
<b>Passivo</b>		
Outros passivos financeiros	2 801 644	2 801 644
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2 974 332	2 974 332
<b>Total Passivo</b>	<b>5 775 976</b>	<b>5 775 976</b>

O Conselho de Administração do Grupo considera que caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, empréstimos e contas a receber, outros devedores por operações de seguros e outras operações, depósitos recebidos de resseguradores e outros credores por operações de seguros e outras operações se aproximam do justo valor devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados com base no método do custo de reposição e no método das rendas capitalizadas.

### 34. Gestão de riscos, objetivos e políticas

A gestão dos riscos é assumida como um dos pilares do Grupo no suporte a uma estratégia de crescimento sustentável. Assim sendo, um dos principais objetivos do Grupo é garantir que a sua estrutura de gestão de riscos permite assegurar e atingir o equilíbrio adequado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, acionistas, reguladores e restantes partes interessadas.

Como parte da sua governação, o Grupo adota uma estrutura organizacional de gestão de riscos alinhada com as melhores práticas do mercado e dentro dos padrões prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora.

#### **Risco de mercado**

A principal componentes do risco de mercado é o risco de taxa de juro, visto a entidade não apresentar instrumentos financeiros em moeda externa.

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juro e os preços das ações afectar o rendimento da empresa ou do valor dos seus activos em instrumentos financeiros. O objectivo da gestão de risco de mercado é gerenciar e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, optimizando o retorno.

#### Risco de taxa de juro:

Na carteira de activos financeiros, todos aqueles que têm entradas de caixa já fixadas para um determinado prazo (ex.: obrigações a taxa fixa) estão sujeitos ao risco de taxa de juro.

O risco deriva do facto de flutuações nas taxas de juro de mercado se refletirem numa evolução dos valores desses activos (cotações) no sentido inverso. Assim, quando as taxas de juro sobem, o valor dos activos com entradas de caixa fixas, reduz-se, e vice-versa. O risco de taxa de juro é tanto mais elevado quanto maior o prazo durante o qual as entradas de caixa estão fixadas, o que significa que este é mais pronunciado em activos como as obrigações a taxa fixa, em que todas as entradas de caixa já estão fixadas até à maturidade (data de reembolso). O risco de taxa

de juro também afecta activos não financeiros, cujas entradas de caixa estejam já fixados, para um determinado prazo.

À data de balanço, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	2 339 540	2 339 540
Ativos financeiros disponíveis para a venda	19 941 177	1 900 492	-	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	900 000	752 798	-	1 652 798
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 495 149	1 495 149
<b>Total Ativo</b>	<b>20 841 177</b>	<b>2 653 290</b>	<b>3 834 689</b>	<b>27 329 156</b>
<b>Passivo</b>				
Outros passivos financeiros	-	-	2 808 956	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	3 751 073	3 751 073
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 560 028</b>	<b>6 560 028</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	946 913	946 913
Activos financeiros disponíveis para a venda	17 165 132	4 104 395	-	21 269 527
Empréstimos e contas a receber	850 000	276 982	-	1 126 982
Ativos financeiros a deter até à maturidade	-	-	-	431 362
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	2 316 693
<b>Total Ativo</b>	<b>18 015 132</b>	<b>4 381 377</b>	<b>946 913</b>	<b>26 091 477</b>
<b>Passivo</b>				
Outros passivos financeiros	-	-	2 801 644	2 801 644
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	3 187 093	3 187 093
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 988 737</b>	<b>5 988 737</b>

À data de balanço, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
<b>Ativo</b>				
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(3 066 873)	(1 606 042)	3 066 873	1 606 042
<b>Total Ativo</b>	<b>(3 066 873)</b>	<b>(1 606 042)</b>	<b>3 066 873</b>	<b>1 606 042</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
<b>Ativo</b>				
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(3 005 536)	(1 365 136)	3 005 536	1 365 136
<b>Total Ativo</b>	<b>(3 005 536)</b>	<b>(1 365 136)</b>	<b>3 005 536</b>	<b>1 365 136</b>

## Risco de crédito

O risco de crédito é o risco do Grupo incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que o Grupo se encontra exposta ao risco de crédito são:

- (i) parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro,
- (ii) parte dos resseguradores nos custos com sinistros,
- (iii) valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro,
- (iv) valores a receber de mediadores de seguro, e
- (v) risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

O Grupo procura mitigar o risco de crédito através da diversificação da exposição do risco a mais do que uma entidade e da revisão regular dos riscos a que se encontra exposta.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a exposição a risco de crédito apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 339 540	-	2 339 540
Ativos financeiros disponíveis para a venda	22 818 294	976 625	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	1 842 476	189 678	1 652 798
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 495 149	-	1 495 149
<b>Total Ativo</b>	<b>28 495 459</b>	<b>1 166 304</b>	<b>27 329 156</b>

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2017		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	578 099	-	946 913
Ativos financeiros disponíveis para a venda	22 367 199	1 097 672	21 269 527
Empréstimos e contas a receber	1 126 982	-	1 126 982
Ativos financeiros a deter até à maturidade	591 119	159 757	431 362
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 316 693	-	2 316 693
<b>Total Ativo</b>	<b>26 401 993</b>	<b>1 257 429</b>	<b>26 091 477</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a qualidade de crédito por desagregação de rating da Standard & Poors, ou equivalente, por país de origem da contraparte apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2018	31-dez-2017
<b>Depósitos em instituições de crédito</b>		
A3	-	200 000
BB-	300 000	300 000
B+	600 000	-
N/D	1 150 000	650 000
<b>Totais</b>	<b>2 050 000</b>	<b>1 150 000</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
AA	2 201 040	1 894 225
AA-	1 744 350	1 518 945
A+	98 070	-

A	311 650	119 650
A-	-	203 800
BBB+	3 967 425	4 030 410
BBB	400 820	4 410 210
BBB-	3 998 760	5 638 733
BB+	5 393 658	265 280
BB	737 140	477 898
BB-	309 490	322 320
B-	-	100 750
N/D	1 518 230	1 280 855
<b>Totais</b>	<b>20 680 633</b>	<b>20 263 076</b>
<b>Totais gerais</b>	<b>22 730 633</b>	<b>21 413 076</b>

A decomposição por antiguidade dos recibos por cobrar, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2018								
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias	Perdas por imparidade	Total
Acidentes de trabalho	124 749	55 465	139 611	97 456	44 202	334 499	(695 806)	100 176
Acidentes pessoais	28 538	12 492	7 700	14 156	9 877	68 653	(119 907)	21 510
Incêndio e elementos da natureza	-	-	-	-	-	-	-	-
Multiriscos	67	3 280	187	194	287	79 373	(79 252)	4 135
Marítimo	670	38 406	22 213	27 691	42 993	94 914	(127 295)	99 593
<b>Total</b>	<b>154 024</b>	<b>109 643</b>	<b>169 711</b>	<b>139 497</b>	<b>97 359</b>	<b>577 440</b>	<b>(1 022 260)</b>	<b>225 415</b>

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2017								
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias	Perdas por imparidade	Total
Acidentes de trabalho	87 035	51 252	67 328	171 438	82 154	361 780	(539 386)	281 601
Acidentes pessoais	3 908	11 209	10 839	23 100	12 356	74 381	(99 546)	36 248
Incêndio e elementos da natureza	-	-	-	127	-	-	(39)	88
Multiriscos	-	4 799	561	305	282	79 127	(77 975)	7 099
Marítimo	3 751	39 684	21 568	28 779	20 065	167 488	(180 833)	100 502
<b>Total</b>	<b>94 693</b>	<b>106 944</b>	<b>100 295</b>	<b>223 748</b>	<b>114 858</b>	<b>682 777</b>	<b>(897 778)</b>	<b>425 537</b>

### **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco do Grupo não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da actividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades do Grupo. Desta forma, o Grupo avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

A tabela abaixo indica as maturidades dos perfis dos ativos e passivos financeiros:

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2018								
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 339 540	-	-	-	-	-	-	2 339 540
Ativos financeiros disponíveis para a venda	105 318	-	-	313 167	1 745 225	19 677 958	-	21 841 669
Empréstimos e contas a receber	300 005	600 017	-	599 690	-	-	153 087	1 652 798
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	34 026	159 034	42 850	420 113	1 053	79 900	758 173	1 495 149
<b>Total Ativo</b>	<b>2 778 889</b>	<b>759 051</b>	<b>42 850</b>	<b>1 332 970</b>	<b>1 746 278</b>	<b>19 757 858</b>	<b>911 260</b>	<b>27 329 156</b>
<b>Passivo</b>								
Outros passivos financeiros	-	-	2 808 956	-	-	-	-	2 808 956
Outros credores por operações de seguros e outras operações	750 195	367	173 355	2 589 524	1 440	-	236 191	3 751 073
<b>Total Passivo</b>	<b>750 195</b>	<b>367</b>	<b>2 982 310</b>	<b>2 589 524</b>	<b>1 440</b>	<b>-</b>	<b>236 191</b>	<b>6 560 028</b>
<b>Posição Líquida</b>	<b>2 028 693</b>	<b>758 684</b>	<b>(2 939 460)</b>	<b>(1 256 554)</b>	<b>1 744 838</b>	<b>19 757 858</b>	<b>675 068</b>	<b>20 769 128</b>

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2017								
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	946 913	946 913
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	467 739	155 652	1 630 704	3 358 588	15 656 845	21 269 527
Empréstimos e contas a receber	200 378	350 124	100 003	300 056	-	-	176 421	1 126 982
Ativos financeiros a deter até à maturidade	-	-	251 610	-	-	-	3 331	254 941
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	131 528	30 667	276 533	60 379	-	-	1 817 586	2 316 693
<b>Total Ativo</b>	<b>331 905</b>	<b>380 792</b>	<b>1 095 885</b>	<b>516 087</b>	<b>1 630 704</b>	<b>3 358 588</b>	<b>18 601 095</b>	<b>25 915 056</b>
<b>Passivo</b>								
Outros passivos financeiros	-	-	2 801 644	-	-	-	-	2 801 644
Outros credores por operações de seguros e outras operações	88 770	23 636	2 108 625	530	-	-	965 532	3 187 093
<b>Total Passivo</b>	<b>88 770</b>	<b>23 636</b>	<b>4 910 269</b>	<b>530</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>965 532</b>	<b>5 988 737</b>
<b>Posição Líquida</b>	<b>243 135</b>	<b>357 156</b>	<b>(3 814 384)</b>	<b>515 557</b>	<b>1 630 704</b>	<b>3 358 588</b>	<b>17 635 563</b>	<b>19 926 319</b>

## Risco operacional

Uma série de causas associadas aos processos do Grupo, o pessoal, a tecnologia e infra-estrutura e riscos de liquidez, tais como os que resultam de exigências legais e regulamentares e normas de comportamento empresarial geralmente aceites.

O objectivo do Grupo é de gerir riscos operacionais assim como equilibrar e evitar perdas financeiras e danos à reputação com relação a custo-eficácia e evitar procedimentos de controlo que restrinjam iniciativas e criatividade.

## **Risco do Seguro**

O Grupo tem vindo a adequar a sua estrutura e os seus procedimentos com vista a dar resposta às exigências que se colocam na área da gestão de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo compreende estratégias, processos e procedimentos de prestação de informação que permitem identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, a que está ou pode vir a estar exposta. Está integrado na estrutura organizacional e no processo de tomada de decisão e considera as pessoas que dirigem efetivamente o Grupo ou nela são responsáveis por funções-chave e abrange todos os riscos, incluindo os riscos não considerados no cálculo do requisito de capital de solvência ou considerados apenas parcialmente. Abrange, entre outras, as áreas de subscrição e provisionamento, investimentos, gestão do risco de concentração e de liquidez, gestão do risco operacional e técnicas de mitigação do risco.

Relativamente ao Risco Específico de Seguros, definido de acordo com a Norma Regulamentar nº. 14/2005- R de 29 de novembro e que corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de aprovisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro, realçamos:

### i. No Desenho de Produtos (novo produto):

O risco surge nesta fase ligado aos processos de desenho de produtos e de tarifação e consiste na empresa assumir riscos não identificados na fase de desenho e de definição do preço do seguro. Neste contexto indicamos como princípios orientadores:

- O enquadramento nos vetores estratégicos definidos pelo Grupo;
- A identificação do público-alvo e das suas necessidades;
- A análise de mercado, com as suas constantes evoluções;
- A identificação e avaliação dos principais riscos associados a esse produto;
- Estabelecimento de limites de subscrição; e
- E o seu enquadramento na política de resseguro do Grupo;

E o seu enquadramento na política de resseguro da empresa;

### ii. Na Aceitação de riscos (Risco de Subscrição)

O risco aparece relacionado com a seleção dos riscos a segurar e com a respetiva relação com o nível de prémios a praticar, apresentado-se os seus princípios como segue:

- Dispor de um normativo alinhado com os vetores estratégicos definidos pelo Grupo e com os Tratados de Resseguro;
- Enquadramento crítico com o praticado no mercado e com os resultados de exploração interna;
- Proceder a uma correta análise de risco integrando toda a sua dimensão económica e social; e
- Assegurar o seu alinhamento com as condições existentes nos tratados de resseguro.

Mais especificamente, e por ramo, a política apresenta-se como segue:

### Acidentes de trabalho

- Tarifário definido por tipo de atividade profissional e dentro da atividade piscatória por tipo de pesca;
- Limites de subscrição (limitação ao capital a segurar) estabelecidos para fora da Pesca e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Técnico e para o Diretor Coordenador.

- A aceitação de riscos no estrangeiro, nos termos definidos pela nova Apólice Uniforme, em qualquer atividade profissional, fica dependente de consulta ao Departamento Técnico.

#### Acidentes pessoais

- Tarifário definido consoante o risco da atividade.
- Limites de subscrição estabelecidos para os capitais por Morte e/ou Invalidez Permanente/pessoa e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Técnico e para o Diretor Coordenador.

#### Multirriscos

- Tarifário definido para os riscos base de cada uma destas coberturas, bem como para as coberturas complementares;
- Prémio e franquias na cobertura do risco de fenómenos sísmicos de acordo com o estudo feito pela Associação Portuguesa de Seguradores. Por princípio, não são realizadas cobertura de Riscos Industriais.
- Limites de subscrição estabelecidos por capital e risco.

#### Marítimo

- A aceitação do risco é precedida do conhecimento do proprietário da embarcação, da situação económica da empresa, sobretudo de pesca e da vistoria efetuada à embarcação, quando o montante de capital, a idade da embarcação a segurar e outros fatores que pontualmente o justifiquem, bem como as coberturas pretendidas o exigirem.
- Dentro do tarifário e das regras definidas há competência da rede externa para a aceitação do risco.
- Limites de subscrição para o Ramo Marítimo, estabelecidos em circular específica.

#### iii. Risco de prémio

O risco de os prémios respeita ao montante do mesmo não ser suficiente para a cobertura de todas as obrigações decorrentes desses contratos (sub-tarifação). A fim de aferir a adequação e suficiência dos prémios praticados em relação aos vários ramos em análise é tomado em consideração todos os proveitos e custos, nomeadamente custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos, custos com a gestão de investimentos, resultados decorrentes dos tratados de resseguro celebrados e ainda resultados financeiros afetos aos vários ramos.

São analisadas as contas técnicas para cada um dos ramos, antes e depois de resseguro, procedendo à comparação entre os custos técnicos afetos ao ramo e os proveitos técnicos correspondentes.

É analisada a necessidade de constituição ou não de provisão para riscos em curso como aferidor da adequação tarifária de cada ramo.

#### iv. Risco de provisionamento

Corresponde ao risco de a empresa efetuar um provisionamento de responsabilidades inadequado.

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno o Grupo formalizou em documento específico a sua Política de Provisionamento.

A sua monitorização é efetuada pela Função Atuarial, no âmbito das suas funções, procedendo a uma avaliação da suficiência das Provisões Técnicas através de métodos atuariais. A evolução da comparação entre 1) os montantes pagos dos ramos não vida, líquidos de reembolsos, sem custos de gestão, brutos de resseguro e excluindo em Acidentes de trabalho as responsabilidades vida (provisões matemática e assistência vitalícia) e 2) a estimativa final de custo, é como segue:

(montantes expressos em Euros)

Montantes pagos	31-dez-2018							
	Anos decorridos							
Ano de ocorrência	0	1	2	3	4	5	6	7
2011	3 007 226	4 142 678	4 296 574	4 328 968	4 367 453	4 373 961	4 374 121	4 374 902
2012	1 923 694	2 749 257	2 954 807	3 061 973	3 111 272	3 125 304	3 127 215	-
2013	2 487 212	3 898 647	4 062 041	4 109 293	4 169 661	4 179 633	-	-
2014	1 960 045	2 788 636	3 047 936	3 124 603	3 149 633	-	-	-
2015	2 041 888	3 571 789	3 737 478	3 754 895	-	-	-	-
2016	2 614 035	4 148 544	4 267 767	-	-	-	-	-
2017	1 935 842	3 432 535	-	-	-	-	-	-
2018	2 111 894	-	-	-	-	-	-	-

(montantes expressos em Euros)

Custos com sinistros	31-dez-2018							
	Anos decorridos							
Ano de ocorrência	0	1	2	3	4	5	6	7
2011	5 004 027	4 804 803	4 694 438	4 604 004	4 602 058	4 575 710	4 575 776	4 598 276
2012	3 714 957	3 481 073	3 482 054	3 480 342	3 297 831	3 182 335	3 139 818	-
2013	4 770 817	4 975 546	4 772 694	4 721 877	4 709 063	4 643 309	-	-
2014	3 550 939	3 427 899	3 320 752	3 259 155	3 270 988	-	-	-
2015	4 743 987	4 113 822	4 180 764	4 152 902	-	-	-	-
2016	5 145 990	4 704 943	4 640 718	-	-	-	-	-
2017	4 373 225	4 043 344	-	-	-	-	-	-
2018	4 282 031	-	-	-	-	-	-	-

(montantes expressos em Euros)

Montantes pagos	31-dez-2017							
	Anos decorridos							
Ano de ocorrência	0	1	2	3	4	5	6	7
2010	4 740 494	5 965 941	6 070 030	6 062 429	6 029 409	6 069 537	6 099 248	6 510 019
2011	3 007 226	4 142 678	4 296 574	4 328 968	4 367 453	4 373 961	4 374 121	-
2012	1 923 694	2 749 257	2 954 807	3 061 973	3 111 272	3 125 304	-	-
2013	2 487 212	3 898 647	4 062 041	4 109 293	4 169 661	-	-	-
2014	1 960 045	2 788 636	3 047 936	3 124 603	-	-	-	-
2015	2 041 888	3 571 789	3 737 478	-	-	-	-	-
2016	2 614 035	4 148 544	-	-	-	-	-	-
2017	1 935 842	-	-	-	-	-	-	-

(montantes expressos em Euros)

Custos com sinistros	31-dez-2017							
	Anos decorridos							
Ano de ocorrência	0	1	2	3	4	5	6	7
2010	7 200 347	6 925 897	6 795 536	6 596 446	6 552 625	6 586 690	6 530 617	6 552 960
2011	5 004 027	4 804 803	4 694 438	4 604 004	4 602 058	4 575 710	4 575 776	-
2012	3 714 957	3 481 073	3 482 054	3 480 342	3 297 831	3 182 335	-	-
2013	4 770 817	4 975 546	4 772 694	4 721 877	4 709 063	-	-	-
2014	3 550 939	3 427 899	3 320 752	3 259 155	-	-	-	-
2015	4 743 987	4 113 822	4 180 764	-	-	-	-	-
2016	5 145 990	4 704 943	-	-	-	-	-	-
2017	4 373 225	-	-	-	-	-	-	-

#### v. Gestão de sinistros

Este risco advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades devido a uma insuficiente gestão dos processos.

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno o Grupo formalizou em documento específico a sua Política de Gestão de Sinistros. O Diretor Técnico e por suas instruções, os serviços técnicos, bem como os serviços clínicos, devem acompanhar a gestão dos processos de sinistro e respetivas provisões.

Particularmente nas provisões matemáticas, é efetuada uma análise em que se acompanha as alterações nas provisões derivadas da alteração dos graus de incapacidade e tipo de desvalorização estimados comparativamente com as incapacidades definidas pelos médicos e posteriormente com aquelas que são fixadas nos Tribunais de Trabalho em sede de conciliação.

Mantém-se, também nos Acidentes de Trabalho, no risco respeitante às assistências vitalícias, critérios objetivos para a sua identificação e evolução.

#### vi Resseguro

Com o objetivo de mitigar ou diversificar os riscos a que se encontra exposta ou pode vir a encontrar-se exposta, o Grupo celebra contratos de resseguro em todos os ramos que explora, apresentado os seguintes tipos de tratado de resseguro, por ramo:

Ramos não vida	Tipo de resseguro
Acidentes de trabalho	Não proporcional
Acidentes pessoais	Não proporcional e proporcional
Incêndio e outros danos	Não proporcional
Marítimo	Não proporcional e proporcional

#### Comportamento da carteira de não-vida:

Os rácios de sinistros, despesas e combinado são apresentados como segue:

Ramos	Ac.Trabalho		Ac.Pessoais		Incêndio		Multi-Riscos		Marítimo		Total	
	31-dez-2018	31-dez-2017	31-dez-2018	31-dez-2017	31-dez-2018	31-dez-2017	31-dez-2018	31-dez-2017	31-dez-2018	31-dez-2017	31-dez-2018	31-dez-2017
Rácio Sinistralidade	78%	92%	41%	29%	2092%	0%	64%	14%	69%	65%	70%	73%
Rácio de Despesas	7%	7%	56%	58%	40%	46%	55%	51%	28%	29%	21%	22%
Rácio Combinado	85%	99%	97%	87%	2132%	46%	120%	65%	97%	94%	91%	95%

### 35. Gestão de capital

O Grupo privilegia a manutenção de rácios de solvabilidade sólidos, sendo os principais indicadores de uma situação financeira estável. O Grupo gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Durante o decorrer do exercício a Companhia aprofundou o processo de Solvência II.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2018.

### 36. Compromissos e contingências

As garantias concedidas pelo Grupo apresentam-se como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

Garantia bancária	Beneficiário	Montante
Millennium BCP	Município da Moita	12 203
Caixa Crédito Agrícola	Município de Sines	10 470
Millennium BCP	Petrogal	6 210
Millennium BCP	Tribunal de Trabalho de Lisboa	9 976
BPG	Tribunal de Trabalho de Viana do Castelo	22 475
BBVA	Tribunal de Trabalho de Matosinhos	44 892

O Grupo celebrou contratos de locação operacional, como locadora relativamente aos terrenos e edifícios de rendimento.

Os contratos de locação têm em média 3 anos, apresentando-se com os compromissos como segue:

*(montantes expressos em Euros)*

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos
31-dez-2018	121 624	66 447	18 269
31-dez-2017	117 422	57 189	18 057
<b>Total</b>	<b>239 046</b>	<b>123 636</b>	<b>36 326</b>

### 37. Partes relacionadas

Durante o exercício de 2018, as remunerações do Grupo ao pessoal-chave de gestão ascendeu a 425.338 euros (418.096 euros em 2017).

### 38. Acontecimentos após a data de balanço

Até a data em que as demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para o Grupo que afetem as presentes demonstrações financeiras consolidadas ou que requeiram divulgação nas mesmas.

#### O Contabilista Certificado

António dos Santos Monteiro  
CC N.º 31942

#### O Conselho de Administração

José Manuel Jerónimo Teixeira - Presidente  
João Paulo Quinzico Delgado - Vice-Presidente  
Álvaro José Bota Guia  
Arsénio Marques Caetano  
Filipe Manuel Santos Dias Marques  
Jerónimo Gomes Viana  
José Luis Cabrita

## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

### **CONTAS CONSOLIDADAS**

Aos Cooperadores da  
MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de seguros, C.R.L.,

**1.** Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Prestação das Contas Consolidadas, MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, CRL./PONTO SEGURO – Mediação de Seguros, Lda. elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício de 2018.

**2.** Acompanhámos, durante o exercício, a atividade e gestão da Mútua dos Pescadores em todas as matérias do seu âmbito de competências e informação sobre a atividade do Ponto Seguro. O Conselho Fiscal procedeu ao exame dos registos e documentos de suporte das contas consolidadas, analisámos o Relatório da Administração, a Demonstração da posição financeira (Balanço), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração de variações do capital próprio, a Demonstração do rendimento Integral e as Notas à Demonstração da posição financeira e Conta de Ganhos e Perdas Consolidadas, efetuou reuniões com os responsáveis técnicos das áreas financeiras e de contabilidade e com o Revisor Oficial de Contas desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados. Apreciamos a Certificação Legal das Contas e Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e tanto quanto é do nosso conhecimento consideramos terem sido elaboradas em conformidade com as normas legais e contabilísticas vigentes. Para além da análise aos documentos o Conselho Fiscal obteve sempre todos os esclarecimentos considerados necessários para a elaboração do parecer.

**3.** O Resultado Líquido Consolidado de 1.055.229€ no exercício reflete o resultado líquido positivo da Mútua dos Pescadores de 658.447€ e da Ponto Seguro de 399.618€, deduzido do impacto em ganhos e perdas resultante dos ajustamentos em conformidade com as IFRS, no valor de 2.605€ e dos interesses minoritários, no valor de 230€. O Activo Líquido Consolidado é de 40.405.332€, o Passivo 28.735.237€ e o Capital Próprio 11.670.095€.

#### **4. Parecer**

Face ao que antecede e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2018 tal como foram apresentados pela Administração;

**5.** Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 31 de Maio de 2019

#### **O Conselho Fiscal:**

*Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda, Presidente*

*Jorge Serafim Silva Abrantes, Vogal*

*José Joaquim Salvado Mesquita, Vogal*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.** (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 38.356.288 euros e um total de capital próprio de 10.731.420 euros, incluindo um resultado líquido de 1.293.962 euros), a conta de ganhos e perdas consolidada, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias

#### **Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda**

*(Divulgações relacionadas com as notas 2.4.4, 5, 32, 33 e 34 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas)*

As demonstrações financeiras do Grupo, em 31 de dezembro de 2018, incluem no seu balanço instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 21.841.669 euros (21.269.527 euros em 31 de dezembro de 2017), apresentando-se como a rubrica mais significativa do ativo.

A mensuração dos ativos financeiros disponíveis para venda encontra-se ao justo valor, de acordo com as políticas contabilísticas detalhadas nas notas 2.4.4 das notas anexas às demonstrações financeiras.

### **Síntese da forma de abordagem de auditoria**

Os procedimentos efetuados para validar os ativos financeiros disponíveis para venda incluíram a realização, entre outros, dos seguintes procedimentos de auditoria:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes;
- Teste à valorização da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pelo Grupo.
- Testes para avaliar eventuais perdas de imparidade; e
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas.

### **Avaliação dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento**

*(Divulgações relacionadas com os terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento apresentadas nas notas 2.4.5, 2.4.6, 8, 9, 32 e 33 das demonstrações financeiras consolidadas).*

O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2018, terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento, num montante de 3.750.303 euros e 4.764.260 euros, respetivamente (3.477.482 euros e 4.396.300 euros em 31 de dezembro de 2017).

A valorização dos imóveis é uma área de julgamento significativo, baseando-se numa série de pressupostos. O Grupo utiliza avaliadores externos profissionalmente qualificados para valorizar os seus imóveis. Os imóveis são valorizados através do método comparativo ou de mercado e pelo método do custo de reposição.

#### Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos efetuados para validar a valorização dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento incluíram a realização, entre outros, de:

- Análise das metodologias de valorização dos imóveis;
- Análise dos pressupostos significativos das avaliações dos imóveis;
- Análise da competência dos avaliadores externos; e
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas.

### **Reconhecimento das provisões para sinistros**

*(Divulgações relacionadas com as provisões para sinistros apresentadas nas notas 2.4.17, 17 e 34 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas).*

A provisão para sinistros de seguro direto apresenta-se como a rubrica mais significativa das responsabilidades do Grupo, ascendendo a 17.124.513 euros em 31 de dezembro de 2018 (16.724.081 euros em 31 de dezembro de 2017). A valorização desta responsabilidade envolve um julgamento significativo por parte do órgão de gestão, incluindo estimativas contabilísticas identificadas como tendo uma elevada incerteza de estimação.

As alterações nos pressupostos atuariais utilizados na determinação destas responsabilidades podem conduzir a impactos materiais no cálculo da provisão para sinistro.

#### Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos efetuados para validar a responsabilidade estimada na provisão para sinistro incluíram a realização, entre outros, de:

- Testes efetuados às fontes de informação do Grupo;

- Comparação das metodologias, modelos e pressupostos utilizados face às práticas de mercado;
- Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de sinistralidade e cobertura;
- Seleção de amostras para execução de testes de detalhe; e
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas.

## **RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

## **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
  - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
  - obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
  - comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
  - das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
  - declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.
- A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

### SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L. pela primeira vez na assembleia geral de cooperadores realizada em 20 de março de 2016 para o exercício de 2016.
- Fomos eleitos na assembleia geral de cooperadores realizada em 19 de março de 2017 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2020.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 31 de maio de 2019

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

*Representada por*

**Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1.266**



**MÚTUA**  
DOS PESCADORES

**Mútua dos Pescadores - Mútua de Seguros, C.R.L**

Sede: Avenida Santos Dumont, Edifício Mútua n.º 57, 6º, 7º e 8º, 1050-202 Lisboa

Telef. 213 936 300 • Fax 213 936 310

[www.mutuapescadores.pt](http://www.mutuapescadores.pt) • [geral@mutuapescadores.pt](mailto:geral@mutuapescadores.pt)

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 16.616 • NIF 500 726 477 – Capital variável, mínimo 5 Milhões de euros